

MANUAL 2013 REPRESENTANTE SINDICAL

PRINCÍPIOS,
PROGRAMA E
PROPOSTAS
DO SINPEEM



1988 - 2013

SINPEEM: UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA, AUTÔNOMA E INDEPENDENTE

O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM), fundado em 1988, é uma entidade sem fins lucrativos que organiza e representa os profissionais do ensino oficial do município de São Paulo e ele filiados: docentes, gestores educacionais, quadro de apoio, auxiliares, vigias e agentes de apoio.

Tem por finalidade defender os direitos individuais e coletivos dos que representa, inclusive nas instâncias judiciais e administrativas.

Por seu caráter representativo, tem como instância máxima de deliberação a assembleia geral dos associados. É organização sindical, democrática, autônoma e independente que constrói suas decisões a partir dos debates realizados nos locais de trabalho e pelo voto da maioria.

A afirmação de que a defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria é realizada a partir da carta de princípios do sindicato e das deliberações aprovadas pela maioria não elimina a existência de conflitos.

São várias as oportunidades em que o conflito entre o interesse da maioria e o da minoria ou individual se expressa. São exemplos a transformação do cargo de adjunto em titular, a fixação da Jornada Básica do Docente (JBD) como jornada do cargo, os critérios de pontuação para efeitos de escolha/atribuição de turnos/ classes/aulas; a reivindicação para que o atual cargo de agente escolar seja denominado auxiliar técnico de educação, com posterior acesso ao cargo de secretário (a ser criado); a ampliação de referências nas tabelas de vencimentos para docentes e gestores, entre outras.

Sobre estas questões, usadas como exemplos, houve a discussão e aprovação pela maioria, em reuniões de representantes, assembleias e congressos. Decisões que vinculam a sua aplicação pela Diretoria, como órgão executivo.

No entanto, ainda assim, houve questionamentos e até mesmo aqueles que não se sentiram ou não se sentem nelas representados.

Há um clamor para que se cumpra o decidido coletivamente, desde que atenda individualmente a cada um e a todos.

Isso nem sempre é possível, porque a aprovação por unanimidade depende de consenso absoluto, não encontrado em ambiente de disputa por direitos, horários, jornadas, designações etc. Há também aqueles que, por desconhecerem a posição do sindicato, cobram posições exatamente contrárias ao aprovado pela categoria.

Vejam o caso do Prêmio por Desempenho Educacional. A categoria aprovou ser radicalmente contra a política de concessão de bônus, prêmios e gratificações. Ou seja, a maioria presente em assembleias e congressos determinou que o

sindicato lute e não aceite qualquer destes benefícios. Portanto, sempre que anunciado um bônus ou gratificação, independentemente de quaisquer critérios para o seu pagamento e valor, o SINPEEM deveria recusar, se mobilizar e lutar contra. No entanto, não é isto que acontece. Não são poucos os associados que, ao mesmo tempo em que dizem ser contra exigem que o sindicato discuta critérios, lute por maior valor e que nenhum desconto ocorra.

Este exemplo também deixa claro que somos uma categoria que se organiza em sindicato, toma decisões pela maioria, mas não deixa de ter conflitos e contradições entre o decidido e a consequente ação, que levam às cobranças e julgamentos imprecisos do sindicato e de sua Diretoria.

O SINPEEM representa seus associados, defende e luta pelo que é decidido pela maioria no que se refere às políticas geral e específica. O conhecimento de seu programa, portanto, é extremamente importante para todos os associados que, na linha de frente, têm seus representantes por local de trabalho, conselheiros e diretores.

O objetivo deste manual é colocar à disposição dos representantes sindicais informações sobre a nossa história, conquistas, reivindicações em todas as políticas do sindicato.

Cada representante, de posse deste material, muito poderá fazer no esclarecimento, formação, organização e mobilização da categoria em seu local de trabalho.

Portanto, propomos que, ao receberem este manual os representantes o tomem como imprescindível, o leiam e o tenham sempre à mão em todas as ocasiões de debate e decisão para e pela categoria.

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente



SINPEEM: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

O trabalho do SINPEEM é baseado na organização por local de trabalho feita pelos representantes sindicais, que se reúnem a cada dois meses, além das discussões nas reuniões do Conselho Geral do sindicato, nas assembleias e no congresso anual.

Numa breve cronologia das atividades do SINPEEM, nos 25 anos de existência, em defesa dos direitos dos profissionais de educação, vale a pena destacar:

1988

O SINPEEM contava com apenas 1.600 associados, número que foi crescendo paulatinamente no decorrer dos anos, transformando o sindicato na organização responsável pelas conquistas referentes à regulamentação do regime jurídico de contratação.

Também participou ativamente na elaboração da Constituição Federal, em defesa dos direitos dos servidores públicos.

1989

O sindicato realizou campanha pelos direitos dos professores e demais funcionários comissionados.

1990

Iniciou a campanha pelo Estatuto do Magistério.

1992

Conquistou a aprovação do Estatuto do Magistério, que organizou e assegurou:

- ✓ plano de carreira do magistério;
- ✓ jornada especial integral (antiga jornada de trabalho integral);
- ✓ investimentos em concursos;
- ✓ concurso de acesso;
- ✓ evolução funcional;
- ✓ organização do quadro do ensino;
- ✓ gestão democrática com conselho deliberativo;
- ✓ criação do cargo de professor adjunto;
- ✓ direito de afastamento sindical para participação da categoria em congressos, reuniões de representantes, entre outros eventos.

A conquista da jornada especial integral foi o resultado concreto da defesa e vitória do SINPEEM pela melhoria da qualidade de ensino. A JEI, implantada somente no município de São Paulo, nada mais é que reconhecimento do trabalho do professor, que envolve a regência e todas as atividades correlatas. Com a medida, o professor passou a cumprir 25 horas/aula em sala de aula e a ter 15 horas/aula para o planejamento, discussões e desenvolvimento de projetos para melhorar o ensino público.

1993

Com o governo municipal de Paulo Maluf, o SINPEEM teve de intensificar sua luta para manter os direitos dos profissionais de educação, pressionando a administração, para que fossem aplicados recursos no setor, e a Câmara Municipal, para que fiscalizasse a destinação dessas verbas. Pressionou também a Secretaria Municipal de Educação, para que os direitos da categoria fossem mantidos e garantidos.

No mesmo ano o SINPEEM conquistou a aprovação da Lei nº 11.434/93, que deu origem ao Quadro de Profissionais de Educação, incluindo nele o quadro de apoio, que passou a contar com o cargo de auxiliar técnico de educação (ATE).

A lei também determinou e assegurou:

- ✓ realização periódica de concursos para o quadro de apoio e docentes; o pagamento hora/aula para professores de Emeis e do ensino fundamental;
- ✓ isonomia quanto ao valor hora/aula entre os docentes;
- ✓ direito de evolução funcional para o quadro de apoio;
- ✓ pagamento da JEI para os aposentados;
- ✓ direito de opção por jornadas especiais aos professores estáveis e também aos comissionados.

1994

O sindicato participou de mobilizações por reposição salarial e integrou os movimentos em defesa da escola pública independente e de qualidade e o “Defenda São Paulo”, contra a corrupção na administração pública.

Realizou caravanas a Brasília contra os projetos de reformas da Previdência e Administrativa, que subtraíam direitos dos servidores. Além disso, organizou campanhas em defesa da aposentadoria especial do magistério.

1995

O SINPEEM resistiu à decisão de Paulo Maluf de retirar o reajuste referente ao mês de fevereiro (81%) e ingressou na Justiça contra a lei do então prefeito, o que acabou gerando a participação de 29 mil associados em ações pelo reajuste.

1996

O sindicato adquiriu imóvel para a construção de sua sede.

Mantendo sua luta pelos direitos da categoria, participou do movimento pela CPI da Educação, que tinha como finalidade apurar a aplicação de recursos.

1997

O SINPEEM inaugurou sua sede na avenida Santos Dumont, 596, Ponte Pequena, num prédio com auditório para 400 pessoas.

1998

A entidade participou efetivamente do movimento de impeachment do prefeito Celso Pitta.

Realizou diversas manifestações e, com essa luta, conseguiu garantir a devolução de 23,52% das perdas salariais, parcelados em cinco vezes.

Também realizou caravanas a Brasília contra a aprovação da Emenda Constitucional nº 20 (Previdência).

1999

Durante o ano foram realizadas várias manifestações pela manutenção dos direitos dos profissionais de Educação.

Para atender melhor aos associados, o SINPEEM ampliou o Departamento Jurídico. Editou a revista de Educação e iniciou a campanha de sindicalização.

2000

O Congresso Anual do SINPEEM reuniu 4.200 pessoas, com o comparecimento de candidatos à Prefeitura, entre eles Marta Suplicy, que se comprometeu em ampliar a verba da Educação, democratizar o ensino público municipal, valorizar o profissional da área, entre outras promessas que não foram cumpridas ao longo de seu mandato.

2001

Organizou movimento de resistência contra a redução de verbas da Educação proposta pelo governo Marta Suplicy, com protestos e outros atos realizados durante todo o ano.

Infelizmente, em dezembro de 2001, a proposta do Executivo foi aprovada e os recursos da Educação foram reduzidos de 30% para 25%.

2002

O SINPEEM lutou e conseguiu barrar a portaria do Executivo que mudava a base de cálculo dos quinquênios e sexta parte. Conseguiu reajuste de 6% para os profissionais da Educação.

2003

O sindicato participou do fórum das entidades dos servidores municipais e organizou a campanha salarial unificada. Realizou também uma campanha na televisão pelos direitos e valorização dos profissionais de educação.

No mesmo ano, o SINPEEM conseguiu garantir a data-base da categoria para o mês de maio e os direitos da carreira do magistério e dos demais profissionais da área.

Garantiu, ainda, o pagamento da Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE) com recursos vinculados à Educação.

2004

Iniciou a campanha salarial em fevereiro e organizou a greve no mês de maio. Promoveu diversas manifestações, com a participação de milhares de educadores. Após muita insistência e luta, garantiu a evolução do quadro de apoio e de direitos de carreira.

2005

Em 2005, na gestão do prefeito José Serra, o sindicato manteve a luta por melhores salários e condições dignas de trabalho, exigindo a valorização dos profissionais de educação, redução do número de alunos por sala de aula, fim das terceirizações, realização de concursos para o provimento de cargos, entre outras reivindicações.

Iniciou em março a campanha salarial da categoria, com a realização de várias manifestações, caminhadas e marcha em defesa da educação pública de qualidade. A exemplo de outros anos, também promoveu diversos cursos de formação.

2006

Com a luta da categoria, o sindicato realizou várias manifestações durante o ano, que culminaram com a maior greve da categoria, após 19 anos, reunindo milhares de profissionais de educação da rede municipal de ensino. Foram 17 dias de paralisação para pressionar o governo a atender às reivindicações funcionais, educacionais e salariais. Com este movimento, a categoria conquistou o pagamento dos 17 dias parados, a não-aplicação de qualquer punição, a voltas das salas de leitura e dos laboratórios de informática, mudanças na distribuição do Leve-Leite, o fim do pré e pós aula, antecipação do 13º salário, auxílio-alimentação, compromisso com apresentação de política salarial, evolução do quadro de apoio, permanência de 300 agentes de apoio na educação, férias coletivas nos CEIs, aumento do valor da GDE, entre outros.

2007

O SINPEEM não deu trégua ao governo. Contra a política de gratificações, iniciou a mobilização da categoria, que voltou às ruas, com manifestações e assembleias em praticamente todos os meses do ano.

Pressionou e conseguiu a reestruturação dos quadros e das carreiras dos profissionais de educação, através da Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007. Esta lei garantiu à categoria a incorporação das gratificações criadas em 2006 para os profissionais de educação ativos, aposentados e readaptados, restabelecendo o princípio da isonomia. Uma grande conquista da categoria. Vitória do SINPEEM!

O sindicato também ingressou na Justiça solicitando o pagamento da então Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE) aos aposentados.

2008

O SINPEEM pressionou o governo para que o percentual de 37,5%, a título de incorporação das gratificações, fosse aplicado integralmente. Porém, a Prefeitura aplicou, em maio, 20% aos padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação ativos, aposentados e readaptados, com a garantia, em lei, de que os 17,5% seriam aplicados em duas parcelas, em maio de 2009 e maio de 2010. Ingressou com representação no Ministério Público para que fossem apuradas irregularidades na terceirização da merenda escolar.

2009

O SINPEEM manteve pressão para que os 17,5%, a título de incorporação das gratificações, fossem aplicados de uma só vez aos padrões de vencimentos, mas o governo se manteve irredutível e aplicou apenas o percentual de 8,75%.

Conseguiu com que fosse publicado o decreto que dispõe sobre a evolução funcional do quadro de apoio. Ingressou na Justiça com ações solicitando a contagem do período de readaptação funcional para o cálculo do tempo de aposentadoria especial; solicitando a contagem do período de licença dos servidores afastados para tratamento de saúde para o cálculo do Prêmio de Desempenho Educacional (antiga GDE).

Conquistou parecer favorável da Justiça, garantindo o pagamento do Prêmio de Desempenho educacional aos aposentados (está aguardando elaboração de mandado desde 06/01/2001 para a citação da Prefeitura). Ingressou, ainda, com mandado de segurança com pedido de liminar para que fosse retirada do portal da Prefeitura a publicação dos valores dos vencimentos dos associados ao SINPEEM.

2010

Os profissionais de educação da rede municipal de ensino de São Paulo receberam a terceira e última parcela, de 8,75%, referente à incorporação das gratificações. Uma importante conquista do SINPEEM. Este índice totalizou 37,5% sobre todas as referências de todas as tabelas dos servidores ativos, aposentados e readaptados.

Depois de muita negociação com o governo, em junho o SINPEEM conquistou a elevação do piso com o Abono Complementar e a incorporação para ativos e aposentados com direito à paridade, totalizando reajuste de 33,79% para todos, em três parcelas anuais iguais a 10,19%.

Outra conquista importante foi a ampliação do número de referências na tabela de vencimentos para o agente escolar até o QPE-08, prevista na Lei nº 15.215. Com isso, a evolução funcional do agente escolar ganhou mais quatro referências, considerando o tempo, títulos e atividades.

O SINPEEM também manteve a luta em defesa da Jeif para todos os optantes, conquistou as férias em janeiro para o CEIs, buscou e conseguiu solucionar vários problemas de acúmulo; exigiu e conquistou mudanças na remoção do quadro de apoio, com a ampliação do número de agentes escolares no módulo de cada unidade.

Também participou de debates sobre o Plano Municipal de Educação, apresentando pela SME, defendendo a sua construção participativa, envolvendo as organizações que trabalham em defesa da educação pública, os profissionais de educação, a comunidade estudantil e a sociedade em geral.

2011

O SINPEEM realizou duas grandes manifestações no mês de abril e outra em maio, conquistando a elevação dos pisos, que resultou, além do índice de 33,79%, divididos em três parcelas (2011, 2012 e 2013), em reajuste de 13,43%, a título de Abono Complementar, que serão incorporados aos padrões de vencimentos dos docentes, gestores e quadro de apoio em 2014.

O SINPEEM reivindicou, pressionou e conquistou a programação de cursos de formação para o quadro de apoio e revisão dos critérios para pontuação para fins de escolha

de classe/aula; fim dos descontos das licenças médicas para tratamento da própria saúde na pontuação; conclusão do processo de remoção até o final do mês de junho; além de várias convocações de docentes, gestores e profissionais do quadro de apoio aprovados em concursos.

Ainda em 2011, o sindicato adquiriu a colônia de férias em Peruíbe, Litoral Sul de São Paulo, e investiu na formação dos associados, com a realização de cursos de formação e semipresenciais para os associados ao sindicato.

2012

O SINPEEM realizou sua campanha salarial reivindicando a antecipação do reajuste de 13,43% para maio de 2012 – índice foi conquistado para ser aplicado em maio de 2014. Também reivindicou o direito de aposentadoria especial de magistério para os readaptados, transformação do agente escolar em ATE, integração do agente de apoio ao QPE, ampliação de duas referências nas tabelas dos docentes e gestores, publicação da evolução funcional do quadro de apoio, redução do número de alunos por sala de aula; férias coletivas e recesso para CEIs e Emeis, abertura de classes de EJA e outros itens relacionados às condições de trabalho, assistência à saúde, organização do ensino e das escolas.

O sindicato antecipou a campanha e pressionou o governo pelo cumprimento da legislação eleitoral, que determina que reajustes em ano de eleição só podem ser aplicados se aprovados até 10 de abril. Realizou manifestações e greve, obrigando o governo a abrir negociação. No entanto, em 10 de abril, não conseguimos o atendimento à antecipação do reajuste de 13,43% e ainda não tínhamos a certeza de que teríamos o direito de férias coletivas e recesso para os CEIs.

Por outro lado, o sindicato conseguiu o pagamento dos dias parados, aposentadoria especial do magistério para os readaptados, ampliação das tabelas dos docentes e gestores em duas referências, publicação da evolução do quadro de apoio, pagamento da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) em junho com valor maior do que o ano anterior e continuidade das negociações dos demais itens da pauta.

Com a continuidade das negociações com o Executivo e a Câmara Municipal, após o encerramento da greve, conquistamos a aprovação da lei que garante o direito de férias coletivas e recesso para os CEIs e as Emeis. Conseguimos, também, a aprovação do Projeto de Lei nº 310 pela Câmara Municipal que inclui:

- ✓ ampliação de duas referências nas tabelas de vencimentos dos docentes e gestores da carreira do magistério;
- ✓ criação de 360 cargos de assistente de diretor para os Centros de Educação Infantil;
- ✓ mudança da denominação dos atuais agentes escolares para auxiliares técnicos de educação;
- ✓ a fixação do QPE-06A como referência inicial do cargo de auxiliar técnico de educação;

- ✓ transformação dos atuais agentes de apoio, em exercício nas unidades escolares e demais órgãos da SME em agente escolar;
- ✓ fixação de um quarto do total da jornada de trabalho semanal dos gestores e integrantes do quadro de apoio, para a formação em serviço;
- ✓ enquadramento dos aposentados em duas referências imediatamente superior às que se encontram atualmente.
- ✓ o pagamento do abono complementar de piso para os comissionados integrantes do quadro de apoio à educação (auxiliares administrativos de ensino, auxiliar de secretaria e inspetores de alunos).

Portanto, em 2012, apesar de todas as disputas travadas internamente no sindicato e com o governo, tivemos conquistas que nenhum outro sindicato alcançou. Conquistas que se somam a outras obtidas ao longo da existência do SINPEEM.

POLÍTICAS DO SINPEEM

INTERNACIONAL

PARA O SINPEEM, VIVEMOS EM UM MUNDO CADA VEZ MAIS GLOBALIZADO E INTERDEPENDENTE

O que ocorre mundo afora se reflete, em maior ou menor grau também no nosso país, Estado e cidade. Quando, recentemente, o mundo sofreu um verdadeiro terremoto financeiro, com desdobramentos na economia, tendo como centro principal os Estados Unidos e como área crítica secundária a Europa, embora os efeitos tenham sido pequenos no Brasil, não ficamos imunes. Foram necessárias medidas tomadas pelos governos estaduais, municipais e federal para amenizar seus efeitos.

Estima-se que mais de 17 trilhões de dólares viraram pó durante os anos que se seguiram à crise. Agora, novos problemas surgem que emperram o desenvolvimento das nações, inclusive do Brasil, que nos dois últimos anos teve fraco desempenho. A projeção de crescimento da ordem de 4,5% não aconteceu nos dois últimos anos e agora o fantasma da inflação volta a ameaçar. Não são poucos os economistas de dentro e fora do governo que afirmam que são necessárias mudanças de rumo para que o Brasil não entre em queda.

Os governos de países desenvolvidos se viram na contingência de interferir fortemente na economia, ao contrário dos discursos neoliberal e liberal de que o mercado seria capaz, por si próprio, de resolver os problemas existentes. No Brasil, também houve inter-

venção. O BNDES é o grande financiador de negócios privados e obras públicas. Alguns trilhões de dólares de dinheiro público foram direcionados para salvar instituições financeiras e algumas corporações industriais que haviam investido pesadamente na especulação financeira.

Os governos investiram para socorrer empresas e bancos, mas não investiram praticamente nada na criação de empregos e na recomposição do poder de compra da população.

Embora a crise dos países centrais tenha afetado a maior parte dos países do mundo, assim como os diferentes setores econômicos, parte dos países em desenvolvimento saiu com relativa rapidez da crise e retomou seu curso lento de desenvolvimento. Isso é particularmente verdadeiro para a China, Brasil, Índia, África do Sul e para vários outros países da Ásia, África e América Latina.

A esmagadora maioria dos países do mundo, inclusive os países em desenvolvimento e os atrasados, tem o modo capitalista de produção como predominante. Mesmo os países socialistas se viram obrigados, para desenvolver suas forças produtivas, a adotar as chamadas economias de mercado, nas quais empresas capitalistas participam ativamente, tanto em cooperação como em competição com empresas estatais e cooperativas.

Em termos globais, o modo de produção capitalista, ao se expandir pelo mundo, demonstra que segue tendo capacidade de desenvolver as forças produtivas sociais. No entanto, desenvolvimento gerador de crises profundas que revela o caráter contraditório deste modo de produção e demonstra a necessidade de ser superado, através da ação política das classes trabalhadoras.

A reação social à crise e suas consequências vêm ocorrendo de forma politicamente diferenciada e desigual. No Norte da África e numa série de países árabes explodiram revoltas populares de grande intensidade, exigindo mudanças nas condições econômicas e sociais de vida e também na condução do poder político. Tradicionais aliados dos Estados Unidos, como as ditaduras da Tunísia, Egito, Iêmen e Bahrein, se viram obrigadas a fazer concessões e o processo de mudanças continua. A onda de manifestações atingiu outros países como Líbia e Síria, tornando a situação ainda mais complexa. Sendo que, no caso da Líbia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) se envolveu no conflito; ingerência contra a qual nos posicionamos.

Na Europa, as manifestações populares na Grécia e na Espanha, assim como a recusa da população islandesa em aceitar pagar a conta das trapaças do sistema financeiro, apontam para a possibilidade de retomada e ampliação das mobilizações sociais.

A América Latina e o Caribe se tornaram cenários da disputa entre os Estados Unidos e os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). A hegemonia dos EUA vem sendo minada e a região tende a se integrar física e economicamente.

A globalização colocou em evidência forças antagônicas – as da conservação e as da mudança do *status quo* – que têm marcado o desenvolvimento do seu próprio processo. De um lado, o surgimento de novas realidades trazidas pelos chamados “países emergentes”, inclusive o Brasil, capitaneados pela China, que têm assumido crescentemente o processo de industrialização e produção de mercadorias, incorporando ao mercado produtor e consumidor bilhões de pessoas, aumentando a escalada de degradação do meio ambiente.

CRISE FINANCEIRA ECONÔMICA E CONSEQUÊNCIAS

A crise econômico-financeira se instalou com maior gravidade nos últimos anos no seio das nações mais poderosas.

Os Estados Unidos, antes coração financeiro do mundo capitalista, construiu um monumental déficit fiscal, que está na base da crise financeira que atravessa.

Além disso, sua economia vem perdendo competitividade, como se vê em sua indústria automobilística e outros setores.

Com o recrudescimento da crise econômico-financeira e a clara impossibilidade de soluções nos marcos do capitalismo, as tensões internas e externas dos países se tornam cada vez mais complexas, pelo próprio processo de globalização capitalista, desigual em sua natureza, e pelas novas demandas impostas por um desenvolvimento que não ameace a sobrevivência da humanidade.

As conquistas da ciência e da tecnologia deixam mais evidente a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento atual, marcado pela degradação do meio ambiente, pela massiva utilização de petróleo como base do processo industrial (como se vê em nosso país, que aposta na exploração da camada pré-sal) e pela crescente cristalização das desigualdades mundiais, quando apenas 20 países (G-20) são responsáveis por mais de 80% da produção mundial.

LUTAR PARA SUBSTITUIR O SISTEMA ATUAL QUE SE APOIA NA DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL

É cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise e as necessidades da humanidade e do planeta extrapolam em muito a capacidade resolutive do atual modelo econômico mundial. A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de mudança.

A acumulação de capital tem sido ampliada em escala planetária, assim como o fluxo de informações, em “tempo real”. O mesmo não ocorre com as demais dimensões da vida social, levando ao paroxismo a dominância da lógica da acumulação capitalista.

Superar esse paradoxo exige rupturas na extensão da consciência histórica, na relação com a natureza, no modo de produzir e consumir e uma ação política concentrada na esfera global.

O mercado, como se sabe, não conhece outros valores além da maximização da acumulação de capital, do crescimento econômico, sendo totalmente incompetente para considerações relativas à liberdade e à qualidade de vida das futuras gerações. Valores como os decorrentes de reflexões relativas à justiça social ou de preocupações com o desenvolvimento sustentável têm de ser impostos ao mercado, do um lado, de fora para dentro, via regulação, e, de outro lado, por meio de efetiva participação da cidadania na ampliação de sua influência sobre as políticas públicas.

Não há quem não concorde que as transformações no modo de produzir e consumir serão inevitáveis.

Sem pensar em superar a economia de mercado, a velocidade e a flexibilidade deste tipo de economia são, ao lado do uso intensivo de ciência, da tecnologia, da permeabilidade das ações organizadas da cidadania, mais do que nunca, indispensáveis.

Os trabalhadores precisam e devem lutar por uma nova sociedade, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, igualdade social, direito e soberania dos povos e da liberdade.

Os profissionais de educação, por sua importância estratégica na formação e construção coletiva do conhecimento, tem papel importante a cumprir. E o sindicato pode ser palco privilegiado para os debates necessários e a construção de soluções para os trabalhadores públicos e privados. A isto o SINPEEM está disposto e tem uma longa história de organização e luta.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

O SINPEEM, que em 19 de novembro de 2013 completará 25 anos de existência, tem acumulado experiência, é depositário de importantes conquistas para os profissionais de educação e para o sistema de ensino municipal e tem sido espaço de formulação de uma plataforma que inclui várias reivindicações, importantes bandeiras e ações que podem contribuir não somente para melhorar as condições de vida e trabalho da nossa categoria, mas para o alcance de um mundo melhor para todos os trabalhadores. Integram a nossa política permanente:

- a) participar dos movimentos contra as políticas militar, expansionista e consumista do governo norte-americano e das demais potências mundiais;
- b) manter a luta contra o atual modelo econômico baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;
- c) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;
- d) promover e participar de campanhas pela paz, pelo respeito ao meio ambiente e à dignidade humana;
- e) participar de movimentos por distribuição de renda e erradicação da pobreza;
- f) combater o uso das políticas assistencialistas como legitimadoras de poder político eleitoral;
- g) cultivar a solidariedade entre os trabalhadores e suas organizações, não só em âmbito local, mas também nacional e internacional;
- h) participar das lutas pela anulação das dívidas externas dos países pobres, pela expropriação dos latifúndios e pela realização da Reforma Agrária;

- i) participar das lutas contra a exploração capitalista e contra o pagamento da dívida pública externa;
- j) combater o uso de armas químicas e nucleares causadoras da destruição do meio ambiente e de doenças geneticamente irreversíveis;
- k) saída imediata das tropas brasileiras do Haiti;
- l) apoio à luta do povo palestino contra o estado de Israel;
- m) em defesa de uma sociedade justa e de igualdade social.

POLÍTICA NACIONAL

PARA O SINPEEM, A CRISE NO MUNDO E NO BRASIL DEMONSTRA A IRRACIONALIDADE DO MODELO CAPITALISTA

Os trabalhadores em todo o mundo enfrentam as consequências da crise do modelo de desenvolvimento capitalista. A receita aplicada pelas instituições internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e G-20 – para defender os grandes bancos e os interesses das multinacionais que controlam o mercado mundial é fazer com que os povos paguem a conta da crise com a perda de direitos, com o desemprego em massa, com a retomada de privatizações e os ataques à soberania das nações.

Independentemente de sua amplitude ou duração, certamente a crise global do sistema capitalista estimulará a gradual superação da inércia do pensar e agir, reforçando movimentos políticos que, no mundo inteiro e a partir das mais diferentes premissas, lutam por mudanças econômicas, sociais e culturais, de caráter progressista, para recolocar as conquistas da globalização em um contexto mais favorável para os países em desenvolvimento e para as populações mais pobres.

Por toda a parte os trabalhadores buscam o caminho da luta para se defenderem dessas medidas.

No velho continente, a União Européia demonstra seu papel auxiliar dos instrumentos controlados pelo imperialismo dominante dos EUA, como o FMI, ao exigir de países como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda medidas de “ajuste”, com cortes de salários e diminuição de direitos sociais. Tudo para salvar banqueiros e especuladores.

Governos social-democratas ou de direita, disciplinadamente, aplicam essa mesma política.

A América Latina não está imune à onda de choque da crise mundial. E os últimos indicadores de desempenho da economia nacional também evidenciam que cuidados são necessários para que as chamadas conquistas sociais dos últimos anos, ainda que tímidas, não evaporem.

PARA O SINPEEM, O BRASIL É UM PAÍS DE GRAVES CONTRASTES

No Brasil, apesar de todas as propagandas oficiais do governo sobre a queda do número de pobres e miseráveis, aumento do consumo e elevado índice de mão de obra ocupada, os impasses da sociedade, a rigor, não necessitam da crise econômico-financeira mundial para ser expostos, porque o inegável processo de modernização e aumento de complexidade da economia e da sociedade continuou se dando pelo viés da modernização conservadora, que perpetua a exploração, a desigualdade social e econômica e as tradicionais oligarquias no mando do poder político.

Continuamos sob o domínio das chamadas políticas neoliberais, com o Estado mínimo, quando se trata de questões sociais, e Estado máximo, para garantir os lucros dos bancos, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Passamos por um amplo processo de privatizações no governo FHC e acreditou-se na reversão delas no governo Lula. Ledo engano. Agora, estamos diante dos contratos de concessões. Nome novo, para a mesmo política.

Nestes dois primeiros anos do governo Dilma, de ampla coalizão (em que se destaca, ao lado do PT, o PMDB), as reivindicações dos trabalhadores não tiveram respostas positivas. Muito pelo contrário: a política de valorização do salário mínimo foi interrompida. Um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento impacta os serviços públicos e os salários dos servidores. Dá-se continuidade aos leilões do petróleo e se anuncia a privatização de portos, aeroportos e rodovias, contrariando o discurso de campanha.

O governo aumenta o superávit primário para pagar a dívida e insiste na austeridade e nos cortes de gastos que esmagam os serviços públicos.

Ao mesmo tempo, os patrões e governos se preparam para endurecer contra as campanhas salariais nos setores público e privado. Em nome da “competitividade” das empresas e do combate ao déficit público, negam reajustes salariais e ainda querem “desonerar” a folha de pagamento do INSS e dos Regimes Próprios de Previdência dos Estados e Municípios.

As conquistas alcançadas pelo Brasil em setores de ponta da economia, da pesquisa científica, da cultura, da vida social e até mesmo dos beneficiados com políticas compensatórias são incapazes de encobrir o grande abismo que separa seu povo, com a continuidade das grandes desigualdades, do aumento assustador da violência, da deterioração das condições de vida da população trabalhadora ou excluída no ambiente das metrópoles e inquietantes fenômenos de degradação moral e ambiental. Só os trabalhadores assalariados, por meio de suas organizações autônomas e independentes, podem, com muita união e organização, dar um basta a esta política e um novo rumo para o desenvolvimento econômico e social para o nosso país.

SINPEEM DEFENDE UM NOVO MODELO DE PAÍS PARA ALCANÇAR UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA E MAIS DESENVOLVIDA

O povo brasileiro se encontra diante de desafios cruciais para a definição do seu futuro como nação e como sociedade civilizada. Vítima de uma modernização conservadora, que reproduz invariavelmente as características de um modelo de crescimento profundamente concentrador de riqueza e, por conta disso, elitista e desigual, o Brasil precisa de mudanças estruturais, institucionais e políticas capazes de vencer esses desafios numa direção mais democrática, mais avançada tecnologicamente, mais eficiente e estável do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e, sobretudo, mais equitativa e humana do ponto de vista social. Mudanças que, histórica e lamentavelmente, o governo Lula e agora o governo Dilma, infelizmente, apesar de algumas mudanças importantes, até o momento, foram incapazes ou não quiseram realizar com profundidade.

O SINPEEM e a CUT, central a qual o sindicato é filiado, devem se opor e lutar contra qualquer nova contrarreforma da Previdência que venha reduzir direitos (seja com o aumento da idade ou do tempo de contribuição), exigindo o fim do fator previdenciário, bem como pela ampliação dos direitos e desprivatização do Estado.

PARA O SINPEEM, REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES CONTINUAM NA ORDEM DO DIA

Seguem ainda atuais praticamente todas as reivindicações dos trabalhadores, com destaque para: jornada de trabalho de 40 horas semanais, combate à terceirização, ganhos reais, piso do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Reforma Tributária que desonere os trabalhadores, com impostos progressivos (quem ganha mais, paga mais); e Reforma Política.

A luta contra as privatizações e terceirizações é central para o movimento sindical, com o anúncio das concessões de aeroportos e portos e da exploração do petróleo da camada do pré-sal. Não é possível adiar ainda mais a realização de uma verdadeira Reforma Agrária, que ataque o latifúndio e dê terra a quem nela trabalha. É preciso acabar com o favorecimento ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar, atualizar o índice de produtividade da terra, limitar o tamanho das propriedades e promover o assentamento imediato dos acampados.

A CUT deve unir os trabalhadores para defender seus direitos e reivindicações. Diante da ameaça de desindustrialização provocada pela invasão de importados, a CUT deve levantar as propostas de controle do câmbio e taxação dos importados.

A defesa dos serviços públicos, que inclui a defesa de melhores condições salariais e de trabalho para os servidores, deve ser pauta permanente não só das entidades de servidores públicos, mas de todo o movimento sindical. Ela se desdobra no combate pela revogação da lei das organizações sociais, que “terceirizam” o serviço público e que se

espalham por todo o país. “Verbas públicas só para os serviços públicos”, deve ser a nossa divisa, com especial destaque para a saúde e a educação.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM

Basta acompanhar o que acontece no mundo do trabalho e de suas representações, para concluir que há, neste momento, por várias razões e influências, um arrefecimento dos movimentos reivindicatórios. Com uma coalisão conservadora à frente do governo Federal, repetida em vários Estados e Prefeituras, a situação do movimento popular e sindical está ainda mais complexa e difícil. Não temos dúvidas da necessidade da retomada do caráter autônomo, independente e de luta das organizações e que isso passa pela reafirmação das bandeiras históricas do socialismo e da independência de classes, pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, pela ruptura com o capitalismo e ter o socialismo como saída para a classe trabalhadora.

Defendemos:

- a) manter o posicionamento autônomo frente aos governos, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento, com o não pagamento da dívida externa e com a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais;
- b) lutar pela aplicação de políticas públicas mediante a responsabilização dos governos pela oferta, financiamento e gestão, erradicando qualquer forma de terceirização e privatização dos serviços públicos;
- c) lutar pela implementação da negociação coletiva e pelo direito de greve para todos os servidores públicos;
- d) participar e organizar mobilizações em conjunto com a sociedade, com vistas à ampliação do direito à educação pública de qualidade social inclusiva, democrática, laica e gratuita para todos, em todos os níveis;
- e) participar da luta pela ampliação do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em educação, valorização dos educadores e fim da Desvinculação de Receita da União (DRU);
- f) defender a previdência pública e lutar pela revogação das reformas realizadas nos governos FHC e Lula, que implicaram em perdas para os profissionais de educação, demais servidores e trabalhadores em geral;

- g) lutar pela implementação de uma sólida política de formação de educadores (professores, gestores e demais funcionários das unidades educacionais), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pelas instituições de ensino público superior;
- h) defender que a CUT realize mobilizações em conjunto com as demais centrais classistas em defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como defender que nossas entidades de classe não participem de fóruns com patrões, governos e ONGs (a sociedade civil), pois são instrumentos tripartites de cogestão para paralisar a luta independente dos trabalhadores;
- i) participar das lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela garantia de negociação coletiva no serviço público e pela ampliação dos direitos dos trabalhadores;
- j) participar e desenvolver campanhas que apontem para questões sociais como direitos dos aposentados, das mulheres, da criança e do adolescente;
- k) apoiar e participar das lutas pelos direitos das populações indígenas, quilombolas e de outras etnias ou grupos minoritários;
- l) promover o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas que não sejam de fóruns tripartites de cogestão;
- m) participar da luta pela Reforma Tributária que taxe o grande capital;
- n) defender a oferta plena de bens e serviços públicos universais e com qualidade, principalmente nas áreas de educação, saúde, transporte e moradia;
- o) participar de ações que defendam a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o Exterior, em forma de transferências, lucros, “royalties” e biopirataria;
- p) defender a revogação das Leis nº 9.637 e nº 9.648, aprovadas no governo FHC e mantidas pelo governo Lula, que regulamentam as organizações sociais no serviço público;
- q) defender o fim dos leilões das áreas petrolíferas, por uma Petrobras 100% estatal, que reverta os lucros da exploração do petróleo brasileiro para a recuperação dos serviços públicos, sobretudo para a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social; e para a saúde;
- r) anulação do leilão da Vale, privatizada pelo PSDB e pelo DEM e mantida pelo governo do PT-Lula, que há anos lesam a nação em benefício dos especuladores;

- s) defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxaçaõ das grandes fortunas; reforma tributária, de forma que os ricos paguem;
- t) exigir do governo Dilma que renegocie as dívidas dos Municípios, revertendo seu pagamento em educação e saúde;
- u) contra o empréstimo ao FMI e pelo fim do superávit fiscal primário utilizado para pagar a dívida;
- v) pela revogaçaõ de todas as alterações na Constituiçaõ que implicaram em retirada de direitos previdenciários e sociais dos trabalhadores públicos e privados;
- w) estabelecer a plena soberania da naçaõ, liberada das políticas de livre comércio do G-20, e respeitar a soberania de todos os povos, começando pela retirada das tropas que estão no Haiti.

POLÍTICA MUNICIPAL

É PRECISO UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS E O FIM DA TERCEIRIZAÇÃO

Em São Paulo, temos um novo prefeito e, embora seja bastante preocupante a composição deste governo, ainda temos poucos elementos para saber quais serão suas políticas e se irá, de fato, aplicar as políticas anunciadas durante a campanha. Durante a campanha eleitoral todos destacam os problemas dos setores estratégicos como educação, saúde, moradia, segurança, mobilidade urbana, trânsito, transporte, entre outros. Para tudo, soluções que qualquer cidadão mais atento, coloca dúvida quanto à sua efetivação. Mas, a par da inviabilidade da execução das propostas nos termos que foram apresentadas, durante a campanha, temos que nos organizar e cobrar.

Nos últimos cinco anos, graças às lutas convocadas, organizadas e realizadas pelo SINPEEM, conseguimos alguns avanços pontuais importantíssimos, que em muito diferenciam a situação dos profissionais de educação dos demais servidores da Prefeitura e também do Estado de São Paulo.

As incorporações de gratificações e abonos complementares de piso são exemplos de conquistas obtidas pelo SINPEEM, pois, ao mesmo tempo em que elevam os padrões de vencimentos, preservando as estruturas e amplitudes das tabelas de vencimentos, garantem isonomia entre ativos e aposentados. Com as incorporações dos abonos complementares de pisos, conquistamos para todos os profissionais de educação, reajuste acumulado de 66,95% entre abril de 2008 e maio de 2012. Temos ainda como conquistas reajustes aprovados para maio de 2013 e maio de 2014, que totalizaram 108%, entre abril

de 2008 e maio de 2014, período em que os demais servidores conseguiram menos de 1% acumulado. Somos entre os trabalhadores públicos e também da iniciativa privada, os que conseguiram, mesmo parcelado, o maior reajuste acumulado, no referido período.

Da mesma forma, também são exemplos de importantes conquistas a transformação dos professores adjuntos em titulares; estabelecimento do módulo docente, composto de regência e complementação de jornada, fixação da JBD como jornada e remuneração do cargo docente, ampliação da quantidade de referências da tabela do quadro de apoio; a aprovação, que só depende da sanção, do Projeto de Lei nº 310, com as emendas apresentadas pelo presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca; evolução funcional, criação do auxílio-alimentação; não divulgação de *ranking* por desempenho escolar medido pelas avaliações externas, entre outros itens.

No entanto, questões estruturais, como as relacionadas à democratização da gestão escolar, da educação e da administração pública; da lei que dispõe sobre a relação entre as receitas correntes líquidas da Prefeitura e despesas com pessoal, política salarial, terceirização, formação de servidores, universalização do acesso aos serviços públicos, financiamento da educação e saúde do trabalhador público continuam na ordem do dia, por pouca ou nenhuma alteração ter acontecido, apesar das nossas lutas. E devem continuar compondo a nossa pauta, a ser apresentada e defendida nas negociações com o governo e pela qual temos de realizar todas as formas de pressão.

No que diz respeito a estas questões estruturais, temos visto atitudes iguais ou muito semelhantes às de prefeitos e governos, independentemente dos partidos a que pertencem. Durante as campanhas, um discurso em defesa dos serviços públicos e de valorização dos servidores públicos; depois de eleitos, praticam o oposto. Independentemente do prefeito eleito, devemos lutar pela alteração da lei salarial, que vincula somente 40% das receitas correntes do município às despesas com pessoal.

Devemos, também, continuar lutando pelo fim da terceirização dos serviços nas áreas de educação e saúde, iniciada no governo Maluf e intensificada nas gestões de Marta Suplicy, José Serra e Gilberto Kassab. A cada ano, parcela significativa dos servidores públicos vai acumulando perdas, com a absurda política de aplicação, na database, do insignificante índice de 0,01%, para cumprimento somente do que dispõe a Constituição Federal.

A imposição de 40% como limite nos gastos com pessoal, a terceirização e o comprometimento anual de cerca de R\$ 3,6 bilhões com o pagamento de parcelas da dívida da Prefeitura com o governo federal, que já se aproxima de R\$ 50 bilhões, são questões que não estão desvinculadas e comprometem a melhoria das condições de trabalho, direitos e remuneração dos servidores e dos serviços públicos à população da cidade. Neste momento, temos como questão central, mas não única, a luta pela sanção do PL nº 310, aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e que também incorporou após aprovação pelos vereadores as emendas apresentados pelo presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca. Temos também a defesa da antecipação do reajuste a ser aplicado por lei em maio de 2014 e o Plano Municipal de Educação que contemplem os princípios, diretrizes e metas, aprovados em nossas instâncias.

Para conseguir nossos objetivos, sabendo que mesmo tendo um governo que se denomina democrático e popular, não podemos renunciar à organização e unidade da categoria e lutar.

QUESTÃO SALARIAL

SINPEEM DEFENDE E LUTA PARA ALTERAR A LEI SALARIAL, MANTER E AMPLIAR DIREITOS

A substituição de salários por abonos e gratificações por mérito e/ou desempenho não tem limites de aplicação a um único poder, tampouco ação de governos deste ou daquele partido.

Nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário esta política é aplicada aos funcionários e vendida através de campanhas institucionais como forma eficaz de envolver os servidores, combater a inassiduidade, aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços. Com a conquista da incorporação dos abonos complementares de pisos, de certa forma atenuamos os efeitos desta política durante os últimos anos e até 2014 a eliminamos totalmente.

Mas a vinculação dos resultados obtidos em avaliações institucionais e individuais ao pagamento de gratificações ainda continua e as primeiras declarações do secretário devem nos deixar de sobreaviso. O secretário anunciou que extinguirá a Prova São Paulo, que podemos considerar como uma medida por nós reivindicada, mas reafirma que utilizará os resultados do Ideb. Indicador obtido por avaliação, cujos resultados também ignoram as deficiências causadas pela falta de investimentos do poder público e servem às campanhas de desmoralização dos servidores e dos serviços públicos. Cientes dos êxitos que temos obtido com as lutas organizadas e realizadas pelo SINPEEM, não devemos aceitar fórmulas prontas nem ficar acomodados.

O secretário também anunciou que terá como principal programa o “Alfabetização na hora certa”. Programa do governo federal, que pagará bônus para formadores e professores alfabetizadores. O interessante é que nada foi discutido com a categoria, que tem experiências exitosas, construídas coletivamente. Experiências que não podem ser desconsideradas, partindo-se do zero, como se tudo fosse uma soma de fracassos e nulidades. Os profissionais de educação (docentes, gestores e demais profissionais) têm de ser ouvidos.

O SINPEEM deve realizar campanhas e lutas pela mudança da atual lei salarial, pelo fim das avaliações utilizadas como instrumento de retribuição e punição, em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social e contra qualquer forma de terceirização dos serviços públicos.

Conquistar a desvinculação do alcance das metas do sistema e da equipe, das compensações por gratificação, com certeza, colocará a questão remuneratória e a valorização profissional em seu verdadeiro lugar e em destaque. Mudança na lei salarial, fim das terceirizações, garantia de educação pública, desvinculação das avaliações e alcance de metas às bonificações são objetivos estratégicos para a nossa categoria e para o funcionalismo.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) sanção integral do PL nº 310, que inclui: ampliação de duas referências nas tabelas de vencimentos dos docentes e gestores da carreira do magistério, criação de 360 cargos de assistente de diretor para os CEIs, mudança da denominação dos atuais agentes escolares para auxiliares técnicos de educação, fixação do QPE-06A como referência inicial do cargo de auxiliar técnico de educação, transformação dos atuais agentes de apoio, em exercício nas unidades escolares e demais órgãos da SME em agente escolar; fixação de um quarto do total da jornada de trabalho semanal dos gestores e integrantes do quadro de apoio, para a formação em serviço, enquadramento dos aposentados em duas referências imediatamente superior às que se encontram atualmente; e pagamento do abono complementar de piso para os comissionados integrantes do quadro de apoio à educação (auxiliares administrativos de ensino, auxiliar de secretaria e inspetores de alunos).
- b) alteração da lei salarial;
- c) antecipação para maio de 2013, do reajuste aprovado em lei para ser aplicado em maio 2014;
- d) aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes na remuneração dos servidores;
- e) revisão salarial periódica e obrigatória na data-base da remuneração dos servidores públicos;
- f) instituição de mecanismo que determine reajuste periódico com percentual nunca inferior à inflação do período;
- g) aumento real de salários;
- h) mudança da Lei Orgânica para que se vincule, novamente, pelo menos 30% das receitas e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- i) elevação das receitas destinadas ao pagamento dos precatórios;
- j) fim das terceirizações e expansão da rede física direta, visando o fim dos contratos de convênios;
- k) renegociação e não pagamento da dívida da Prefeitura com a União;
- l) aplicação dos recursos provenientes da renegociação/não pagamento da dívida em saúde, educação e infraestrutura urbana da cidade;

- m) exigir a não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação.
- n) pagamento dos precatórios decorrentes dos acordos na Câmara de Conciliação em 2011 e 2012 e da ordem cronológica.

SINPEEM DEFENDE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

Os governos do Estado e do Município compartilham a responsabilidade quanto ao oferecimento obrigatório do ensino fundamental. No entanto, nos últimos anos, inclusive como resultado da mudança do financiamento da educação, através da criação do Fundeb, os Estados vêm transferindo a manutenção e custeio desta etapa do ensino básico para os municípios.

O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo sobre esta transferência e suas consequências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade.

Entendemos que é necessário o entendimento de ações planejadas e responsabilidades compartilhadas entre os governos municipal e estadual, para que seja assegurada a universalização do atendimento e da permanência no ensino fundamental com a oferta de educação de qualidade. Objetivos que não podem deixar de ser considerados no Plano Municipal de Educação.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) universalização do atendimento da demanda no ensino fundamental gratuito, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar;
- b) acesso a toda a população, respeitados a faixa etária e as necessidades especiais dos educandos;
- c) autonomia para as escolas fazerem as matrículas do ensino regular e da EJA;
- d) adequação do ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas, metodológicas diferenciadas e acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;

- e) atendimento ao ensino fundamental também pelo poder público estadual, através de ações planejadas entre os dois entes, visando à redução do número de alunos por classe/turma, evitando perdas de jornadas, emprego e remuneração para os profissionais de educação;
- f) garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;
- g) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção.
- h) apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos de deficiência;
- i) contra o fechamento das Emebs.

QUESTÃO FUNCIONAL

SINPEEM NA DEFESA PERMANENTE DA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

O contínuo agravamento da crise social e a incapacidade do poder público de dar respostas efetivas em relação à baixa qualidade do ensino, ao atendimento à saúde, à crescente violência e à insegurança não podem deixar de ser vinculados às políticas de arrocho salarial, falta de investimentos em formação, redução e desmonte de quadros de pessoal, terceirização de serviços, contratos de convênios, privatização, desestruturação de carreiras e eliminação de direitos dos servidores, implementados por diferentes governos de Municípios, Estados e União.

A tabela de pontos para evolução funcional também sofreu alterações, dificultando a evolução. Os Conselhos de Escola perderam parte de sua autonomia. Os cargos de secretário de escola e de assistente de diretor, que anteriormente eram escolhidos pelos Conselhos, passaram ser cargos de confiança, interferindo diretamente no funcionamento democrático das escolas.

Os agentes escolares também foram duramente atacados. Os concursos simplesmente foram ignorados, ampliando a terceirização dos serviços de limpeza e de merenda repassando, assim, recursos públicos para empresas privadas que exploram demasiadamente os trabalhadores em busca de altos lucros.

Devemos continuar a luta por concursos para agente escolar, ATE e para que os cargos de secretário de escola. Queremos um quadro de carreira do apoio, que responda por todas as necessidades administrativas e técnicas das escolas e dos órgãos da SME.

Os profissionais de educação, por meio do SINPEEM, por ter claro que a nossa luta é muito maior que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos específicos, nunca deixou de realizar ações em defesa dos serviços públicos, da educação pública de

qualidade, pela valorização e direitos profissionais, melhorias e direitos para os trabalhadores em geral.

A nossa carreira, por exemplo, consolidada na legislação que temos, foi estruturada depois de muitos anos de luta, tendo como parâmetro orientador a função social da profissão de educador (docentes, gestores e pessoal do apoio à educação) e as necessidades educativas.

Hoje, por exemplo, ciente da conquista que tivemos com o reconhecimento do direito de aposentadoria especial para os readaptados, ainda há o dispositivo que determina a perda de sua lotação ao final de dois anos, nesta condição, mesmo temporária.

A gestão foi sendo centralizada e a direção passou a escolher o assistente e o secretário. Havendo a remoção do diretor, por exemplo, este poderá “levá-los” consigo, criando instabilidade de funções importantes na escola.

Na organização do quadro e das carreiras contidas no nosso estatuto, sempre consideramos que as suas composições, desenvolvimento, critérios de avaliação e qualificação devem explicitar o nosso compromisso social com a formação das novas gerações, com a qualidade da escola e com os serviços públicos. Com certeza, somos uma entidade que obteve conquistas importantes para a categoria, sem jamais deixar de continuar promovendo ações pela ampliação dos direitos e atendimento às reivindicações da categoria. Esta afirmação, longe de se caracterizar como manifestação ufana, pode ser comprovada com a realização de comparações com o que é obtido por outras categorias dos servidores municipais, profissionais de educação de outras redes e com o conjunto dos trabalhadores, mesmo da iniciativa privada.

Devemos continuar atuando sempre, considerando o que conquistamos, sem jamais ficarmos presos ao passado e às reivindicações, direitos e necessidades da nossa categoria.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) defender a gestão democrática, com funcionamento legal do Conselho Deliberativo nas unidades e nas DREs;
- b) definição da organização e fixação do campo de atuação dos profissionais do ensino;
- c) defender a manutenção do provimento dos cargos da carreira do magistério por concursos de provas e títulos;
- d) lutar pela reorganização das carreiras que integram o quadro de apoio;
- e) defender a composição das carreiras do quadro de apoio em classes e categorias distintas por evolução funcional e de acesso;
- f) defender a ampliação da quantidade dos níveis e graus das tabelas de vencimentos do quadro do magistério, contidas em anexo da Lei nº 14.660/07;

- g) exigir ajuste nos critérios e interstícios da tabela que combina tempo e título, para fins de evolução funcional, permitindo que o fator título seja, de fato, um acelerador para que os integrantes dos quadros do magistério e de apoio possam chegar à última referência em menor tempo;
- h) inclusão na Jeif, independentemente de regência de classe/aula;
- i) garantia da mesma composição na Jeif para os professores dos CEIs;
- j) hora/aula excedente e de qualquer hora/trabalho além das jornadas a que estão submetidos os profissionais de educação, com valor 100% superior;
- k) direito de enquadramentos para os comissionados estáveis e não estáveis;
- l) direito de incorporação para fins de aposentadoria pelo exercício de cargos e jornadas especiais de trabalho;
- m) redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;
- n) contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de professor de educação infantil e professor de educação infantil e ensino fundamental I;
- o) formação pedagógica e capacitação técnica continuada;
- p) direito de opção para que os todos servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação.
- q) imediata ampliação do módulo de funcionários do quadro de apoio.

SINPEEM DEFENDE CARREIRA OPERACIONAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Não aceitamos a terceirização dos serviços. Defendemos os direitos do quadro de apoio, sua carreira e a investidura nos cargos por concurso público.

O quadro de apoio vem se transformando em cargo em extinção. Enquanto isso, a terceirização vai se ampliando. Os terceirizados recebem um salário mínimo e as empresas recebem, por trabalhador, o equivalente a quatro mínimos.

Para os atuais agentes escolares e agentes de apoio, defendemos a mudança de denominações e atribuições, combinada com a realização de concursos para os cargos das carreiras que integram este quadro.

Transformação e mudança das atribuições sem desvincular da obrigatoriedade de realização de concurso público para os cargos das carreiras do apoio à educação.

Precisamos do quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar com-

posto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

a) classe I – serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira;
- 4) merendeira.

b) classe II – serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) auxiliar de enfermagem;
- 3) enfermeiro.

c) classe III: serviços administrativos:

- 1) auxiliar técnico de educação;
- 2) secretário de escola.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- b) complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- c) garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;
- d) incorporação dos vigias escolares (agentes de apoio) ao QPE;
- e) sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
- f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações; abertura de concurso público já, com provas a serem realizadas em 2013;
- g) continuação da luta pelo enquadramento dos profissionais dos CEIs no quadro de apoio;
- h) evolução funcional para o quadro de apoio de acordo com os critérios utilizados na construção das tabelas de evolução do magistério;

- i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos;
- j) cursos oferecidos pela administração, específicos para os profissionais do quadro de apoio de níveis fundamental, médio e superior;
- k) horário de formação dentro da jornada de trabalho, com direito à pontuação para evolução funcional;
- l) aumento do módulo de funcionários;
- m) vestiários com chuveiros e local adequado para refeições;
- n) aumento do atual módulo de pessoal.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

A saúde física e mental dos trabalhadores tem sido afetada pelas condições de trabalho e de salário.

As mazelas sociais se manifestam nas salas de aula. A Unesco aponta que 30% dos afastamentos em escolas da rede pública no Brasil são motivados pela violência e que os professores brasileiros têm o pior salário, comparados aos seus colegas de profissão de outros 32 países de economia equivalente, os obrigando a elevar a carga horária.

A superlotação das salas de aula, a obrigatoriedade da extensão das jornadas, a convivência diária com a violência na escola e seu entorno fazem com que professores, agentes de apoio, auxiliares técnicos e gestores se vejam submetidos a um ambiente que resulta em estresse, depressão e na Síndrome de Burnout (quadro em que o profissional desenvolve uma relação apática com o ofício).

As doenças ocupacionais não se restringem, porém, aos danos psicológicos. Tendinites, bursites, disfonias, disfunções ortopédicas e problemas circulatórios fazem parte do dia a dia do professor.

No tocante à jornada de trabalho dos funcionários de escola, além de extensa, existe a sobrecarga de trabalho, notadamente física, nos casos de limpeza, alimentação e segurança. O manuseio de produtos químicos e a carência de equipamentos de proteção fazem do exercício profissional uma jornada insalubre e periculosa.

A cada ano, o número de readaptações e de afastamentos de servidores por doença aumenta. Restringir o tratamento ou instituir mecanismos que vinculem ganhos pecuniários à permanência no local de trabalho, que levam o funcionário a trabalhar, inclusive doente, pode gerar problemas crônicos e, conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não punir aqueles que ficam doentes.

A solução está relacionada às formas de prevenção e à melhoria das condições de trabalho: jornadas extensas – dupla jornada de trabalho do professor, agentes escolares

com subempregos; número excessivo de alunos na escola, ocasionando estresse para o professor e sobrecarga para os agentes escolares na limpeza e na alimentação servida; estrutura de prédios e equipamentos inadequados e antigos, obrigando o funcionário a se adequar à estrutura; riscos biológicos, ruídos, químicos, ergonômicos, iluminação inadequada, gases e falta de condições térmicas; e insegurança – a violência é uma realidade cotidiana nas nossas escolas, com alunos, professores e equipe técnica sofrendo desgaste diário. Todos estes fatores contribuem para o adoecimento e aquisição de doenças profissionais.

Condenar o profissional de educação à falta de uma política de prevenção é condená-lo ao adoecimento. Penalizá-lo por estar em licença para tratamento da saúde é bárbaro e ilegal.

Devemos exigir do governo ações preventivas, assistência e proteção à saúde e reabilitação profissional como política permanente de proteção à saúde dos servidores da educação.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) investimento na proteção e prevenção à saúde do trabalhador;
- b) descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- c) modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- d) extensão do atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
- e) contratação, por meio de concurso público, de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;
- f) criação de equipes multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;
- g) criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do Servidor;
- h) nenhum desconto referente às ausências por licença-saúde;
- i) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;
- j) reconhecimento das doenças do trabalho;
- k) não à privatização do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
- l) criação do Centro de Reabilitação Profissional.

POLÍTICA EDUCACIONAL

DIRETRIZES E METAS DEVEM TER COMO PRINCÍPIO A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA PARA TODOS, EM TODOS OS NÍVEIS

A educação, no Brasil e no mundo, passa por profundas transformações, sob o impacto das novas tecnologias e mudanças no caráter e papel do Estado. Transformações, que evidenciam que um dos maiores desafios da educação brasileira, e talvez o mais complexo e difícil, é atuar como protagonista para a superação da desigualdade e da exclusão.

É conhecendo este desafio que devemos analisar as medidas já adotadas e que tiveram impacto nos sistemas e organização do ensino, como o Fundeb, ensino fundamental de nove anos, educação infantil obrigatória, educação em tempo integral, avaliações externas, programas de acesso e financiamento ao ensino superior, inclusão, piso nacional docente e também a proposta de Plano Nacional de Educação, anunciado pelo MEC.

A proposta do PNE é composta por 10 diretrizes e 20 metas, cuja leitura deixa claro ser, ainda, um limitado manifesto de intenções, que não diz, em nenhum momento, como a educação alçará a condição de política pública prioritária e estratégica na agenda nacional.

O mesmo ocorre com a proposta de Plano Municipal de Educação (PME) da Cidade de São Paulo, apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, após um longo processo de debates que se encerrou com a realização da Conferência Municipal de Educação, em junho de 2010, e que, de forma antidemocrática, ignorou as decisões da Conferência que se chocavam com seu objetivo de aprofundar a privatização da rede pública municipal.

O SINPEEM defende a escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social. Durante as discussões sobre o Plano Municipal de Educação, a atuação do sindicato foi fator decisivo para – mesmo em condição desfavorável numericamente e com a forte participação de movimentos e organizações – incluir na proposta do PME, durante a Conferência Municipal de Educação, o direito ao atendimento universal à educação nas escolas da rede direta.

Decisão que implica na obrigatoriedade de o poder público planejar e expandir a rede física, com a construção de mais unidades, para atender a todos e encerrar, em curto prazo, os contratos de convênios. Realizadas todas as etapas de discussões, apesar da apresentação realizada pela SME de sua proposta, o processo não terminou e exige a nossa atenção. O SINPEEM defende urgência na discussão com participação da categoria e que o PME não seja tomado como um simples plano de construções de escolas, tampouco como instrumento que resolverá, num passe de mágica, todos os problemas e gargalos da educação na cidade de São Paulo.

Defendemos que o PME considere a realidade da rede pública de ensino, as diretrizes fixadas pelo Plano Nacional de Educação, no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo e no Plano de Metas do governo municipal.

UNIVERSALIZAÇÃO AINDA NÃO ESTÁ ASSEGURADA

A universalização do atendimento escolar da população de quatro e cinco anos de idade até 2016 e a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até três anos, foi alçada à condição de meta número um do PNE. O SINPEEM deve lutar pelo atendimento de 100% da demanda de CEI e da população de quatro a cinco anos de idade. O município procura estratégias para o atendimento à demanda e educação infantil usando sua rede de forma dúbia e prejudicial às crianças e educadores.

Devemos exigir da SME a alteração na Portaria que determina a quantidade de crianças atendidas nos CEIs e Emeis, para as quantidades de crianças por turma, conforme resoluções congressuais.

Como meta número dois está a universalização do acesso ao ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e, como meta número três, universalizar, também até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.

Verifica-se, portanto, que a universalização continua sendo um dos maiores desafios para reduzir a desigualdade educacional. Ao mesmo tempo, a solução deste problema tem servido como justificativa para a adoção de medidas “privatistas”, que transformam o direito à educação em mercadoria, oferta de serviço não exclusivo do Estado, sujeito à especulação mercantil. Atualmente, mais da metade das unidades de educação infantil está nas mãos de organizações sociais, revelando o caráter privatista da política educacional em São Paulo. Isso tem de mudar.

O Plano Municipal de Educação tem de ser instrumento para a mudança desta realidade e do resgate do caráter social das instituições de ensino. Ter como objetivo o retorno dos CEIs indiretos para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física para o atendimento à demanda na educação infantil e em toda a educação básica e superior é a efetivação da universalização do direito à escola pública, princípio que deve estar expresso no PME.

Para isso, é necessária uma ação planejada, com fixação de metas e suas etapas. É consenso entre a categoria a proposta de retorno dos CEIs conveniados para a rede direta. Já aprovamos diversas vezes esta bandeira e obtivemos sucesso em sua aprovação na Conferência Municipal de Educação. Porém, sabemos que a luta será árdua, mesmo com o novo governo Haddad.

O governo Kassab não a acatou, como de fato o fez em seu anteprojeto de Plano Municipal de Educação. Temos de continuar lutando por esta reivindicação. Precisamos preparar a categoria para esta luta, que só obterá sucesso se formos capazes de organizar um forte movimento de rua com apoio da população usuária dos CEIs e Emeis para pressionar o governo. Devemos elaborar materiais e campanhas que contribuam para o esclarecimento e a mobilização da categoria na defesa da educação infantil pública, laica e gratuita.

O SINPEEM deve continuar atento e participando das discussões e negociações sobre o PME, considerando todos os itens que nele cabem e que são reivindicações dos profissionais de educação. O que não significa que o SINPEEM subordinará a luta dos trabalhadores em educação ao PME.

O SINPEEM não reconhecerá qualquer PME que rebaixe as reivindicações dos trabalhadores. O Plano Municipal de Educação que defendemos tem de ser fundamentado

em princípios e diretrizes gerais, metas e ações de caráter político-educacional e pedagógico. Não pode, de forma alguma, dissociar os objetivos a serem alcançados pelos sistemas das condições necessárias para o seu alcance. A formação e a valorização profissional, a organização do ensino e a qualidade desejada, bem como os recursos imprescindíveis para o seu financiamento não podem ser relegados a matérias secundárias ou estar ausentes no PME.

O compromisso com a escola pública, gratuita, laica e democrática para todos, em todos os níveis, deve ser encarado como marco diferenciador na elaboração e aprovação do PME. Este objetivo, aprovado pela categoria, nos situa em campo oposto ao das organizações não governamentais, que defendem a escola pública como direito, sem que, obrigatoriamente, seja estatal, fortalecendo os convênios, as terceirizações e a privatização da educação.

A universalização do ensino fundamental se deu apenas na expansão quantitativa, pois não foi assegurada a permanência até os anos finais. A evasão se dá pela combinação da pobreza e de um ensino desvinculado das necessidades dos estudantes.

CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS DO SINPEEM

EDUCAÇÃO - direito constitucional de todo cidadão, seja ele criança, jovem ou adulto.

ESCOLA - instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, do qual distinguimos os interesses da classe trabalhadora na disputa por igualdade de condições, o que exige:

- a) compreensão crítica do mundo - a superação de estereótipos e preconceitos;
- b) articulação entre os interesses da sociedade e do indivíduo, o considerando como membro da comunidade;
- c) formação intelectual, física, ética, estética, técnica e de opinião;
- d) unidade e integração entre o conhecimento, o trabalho e as práticas sociais;
- e) equilíbrio entre formação geral e formação profissional, não subordinada aos interesses do mercado. A escola é o espaço de compreensão e crítica da sociedade vigente: o capitalismo. Assim sendo, deve, neste sentido, contribuir para a superação de estereótipos e preconceitos produzidos, principalmente numa sociedade de castas, na qual as diferenças são estilizadas para fomentar a exclusão social. A escola deve, também, fazer uma autocrítica como produtora dos valores da sociedade.

DIRETRIZES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que o SINPEEM defende visa à democratização do acesso e da permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO:

- a) aumento do número de vagas nos diversos programas e serviços, segundo prioridades estabelecidas;
- b) previsão de realização de estudos periódicos da demanda por região;
- c) vinculação do atendimento à demanda de acordo com as características de povoamento da região;
- d) vinculação de autorização para a construção de conjuntos habitacionais, à construção de Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;
- e) redução dos índices de repetência e evasão, buscando a eliminação de ambos, com efetivo atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, abrangendo não só aspectos cognitivos, mas de apoio às áreas de saúde física e mental, com projetos especiais em todas as unidades educacionais.

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

Defendemos a educação pública de qualidade social, que implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, criativa, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho. Para isso, são necessários:

- a) realização periódica de reorientação curricular, com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino, com a participação efetiva dos profissionais de educação e da comunidade, salvaguardando os diferentes papéis e responsabilidades;
- b) formação continuada dos profissionais de educação dos CEIs, Emeis, Emefs, Emefms e Emeps, com garantia de igualdade de oportunidades, por meio de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos por universidades públicas, em convênio com a SME;

- c) aprimoramento do material didático;
- d) desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, esportivos e outros;
- e) efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social;
- f) ampliação do quadro de funcionários com formação em serviço social e psicologia, disponíveis nas Varas de Infância e Juventude;
- g) reuniões de polos das unidades escolares, no mínimo, a cada trimestre, para troca de experiências e melhor sintonia entre as unidades e as DREs;
- h) condições de trabalho em todas as escolas e para todos os profissionais de educação.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL E DA ESCOLA

A escola, palco privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, cumprirá seu papel tanto quanto mais intenso for o processo democrático de tomada de decisões, no exercício pleno de sua autonomia.

Para que tenhamos, de fato, educação com qualidade social é preciso enfatizar a necessidade de democratizar a gestão da educação e das instituições educativas, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional para todas as instituições educativas e sistemas de ensino. Controle e fiscalização das receitas destinadas à educação, com a participação efetiva das entidades de classe e da comunidade escolar.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) gestão coletiva, com efetivo funcionamento do Conselho de Escola como espaço de articulação do projeto pedagógico, de formação e implementação dos Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação;
- b) incentivo, respeito e compromisso à organização e representação de estudantes, profissionais da educação, funcionários e pais de alunos;

- c) ampliação das condições de participação da comunidade na vida da escola;
- d) aprimoramento dos canais de comunicação e livre circulação de informações das escolas entre si; entre as escolas e SME; entre as escolas e outras instâncias, com uso das novas tecnologias de informação e comunicação;
- e) Conselho Municipal de Educação com estrutura e composição democrática, com participação e representação de todos os segmentos da sociedade envolvidos com a educação e o processo eletivo;
- f) autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação e garantido seu acompanhamento por órgãos competentes de representação, inclusive do corpo docente, dos educandos e da população organizada;
- g) a atuação prioritária da comunidade no Conselho de Escola, implementando um conselho deliberativo e democrático;
- h) realização de um amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de gestão democrática, envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;
- i) garantia de espaço físico e de materiais para as reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM), Conselhos e Grêmios Estudantis;
- j) o SINPEEM deve realizar um seminário sobre as verbas destinadas às escolas e defender maior autonomia das unidades escolares em relação aos gastos das verbas do PTRF.
- k) **Regimento escolar democrático elaborado com a participação dos profissionais de educação, pais e alunos.**

SINPEEM DEFENDE POLÍTICA PERMANENTE DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:

- a) investidura na carreira por concurso público de provas e títulos de ingresso e de acesso para as classes que compõem as carreiras que integram o Quadro dos Profissionais de Educação;
- b) remuneração compatível com a responsabilidade e importância estratégica do serviço público e da educação;

- c) piso salarial, no início da carreira e para a menor jornada de trabalho, nunca inferior ao valor do salário mínimo calculado pelo Dieese;
- d) valorização do tempo de serviço e combinação deste com títulos como componente para enquadramento por evolução;
- e) progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, participação em projetos e programas, atualização e aperfeiçoamento profissional;
- f) para a constituição da Jeif, computar não só as aulas/classes atribuídas para regência (25 horas/aula), mas também as turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical, dança, entre outros; garantia de inclusão na Jeif a todos que por ela optarem;
- g) criação do Centro Municipal de Formação da SME e do programa de formação continuada nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de melhorar a qualificação e habilitação profissional na educação; formação continuada para os educadores em entidades públicas, com a garantia da dispensa de ponto para formação, afastamento remunerado para cursos, mestrado e doutorado;
- h) criação da função de professor formador, nos moldes do professor de acompanhamento e inclusão (Paai), nos Centros de Formação da SME, no âmbito regional, em processo seletivo interno, com critérios objetivos de seleção, buscando ampliar o campo de atuação na rede municipal de ensino e o aproveitamento das experiências e o conhecimento acumulado;
- i) prover a formação dos profissionais de educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica;
- j) assegurar programas permanentes e regulares de formação continuada para aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação;
- k) utilizar as horas adicionais e atividades das jornadas, bem como parte das jornadas dos gestores e dos demais profissionais de educação para a formação profissional e programas de incentivo à cultura geral;
- l) vinculação de um terço da JBD para formação;
- m) formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores;
- n) combater as avaliações institucionais; que os trabalhadores em educação construam os seus instrumentos de avaliação e os use para uma concepção de educação que atenda às reivindicações dos trabalhadores;

- o) processo de avaliação teórica e prática elaborado coletivamente pelo órgão executivo e os profissionais de educação abrangendo:
1. formulação das políticas educacionais;
 2. aplicação das políticas educacionais pelas redes de ensino;
 3. desempenho dos profissionais do magistério e do quadro de apoio à educação;
 4. as condições socioeducativas dos educandos;
 5. os resultados alcançados pelas unidades e pelo sistema de ensino;
 6. pisos por cargo, classes, jornadas e desenvolvimento nas carreiras.

SINPEEM DEFENDE AVALIAÇÕES DESVINCULADAS DE BÔNUS E PRÊMIOS

Para o SINPEEM, avaliações permanentes são próprias e da natureza do processo educativo. No entanto, não podem desconsiderar a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Portanto, devem ser compreendidas como um processo global e permanente de análise de atividades, a fim de proporcionar ao profissional de educação análise de sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando seu crescimento profissional, e, ao sistema de ensino, indicadores que permitam o aprimoramento do processo educativo.

No município são aplicadas avaliações internas e externas. As externas – Prova Brasil, Prova São Paulo e Prova da Cidade – têm como base os referenciais curriculares estabelecidos. As avaliações internas, como a de desempenho, colocam o profissional de educação na “mão da chefia” e podem ser usadas como instrumentos de punição e desmoralização do funcionário. Podem atender ainda às políticas privatistas e de terceirização na educação.

A avaliação institucional, hoje, corresponde à desregulamentação do Estado, que pouco se preocupa em dar condições para, de fato, enxergar a realidade da educação pública e melhorá-la, mas utiliza a avaliação externa para premiar e punir tanto escolas como profissionais, em especial com a política de bônus. A avaliação do aluno é usada como o único indicativo da qualidade do ensino, desconsiderando vários fatores da realidade educacional.

O processo avaliativo deve ser instrumento dos profissionais em educação, considerando os projetos e plano de ensino desenvolvidos na unidade escolar. A avaliação é parte deste processo que ocorre nas unidades escolares e é totalmente ignorado pelos órgãos superiores. Estes só se preocupam com os resultados das avaliações institucionais. Tais avaliações são utilizadas como medida, competição entre unidades, DREs etc.

O SINPEEM defende que todo e qualquer processo de avaliação deve considerar:

- a) as dimensões intra e extraescolares de maneira articulada, na efetivação de uma política direcionada à garantia de educação de qualidade para todos;
- b) que a construção de uma educação de qualidade deve levar em conta a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, que repercutem e também se fazem presentes nas instituições educativas;
- c) a necessidade de condições para a oferta de um ensino de qualidade social;
- d) o reconhecimento de que a qualidade da educação para todos, entendida como qualidade social, implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho;
- e) os processos educativos e os resultados dos estudantes para uma aprendizagem mais significativa resultam de ações concretas, com o objetivo de democratizar os processos de organização e gestão, das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes.
- f) as relações entre número de estudantes por turma, estudantes por docentes e estudantes por funcionários como aspectos importantes e condições para a oferta de educação de qualidade;
- g) que o financiamento público é fundamental para estabelecer condições objetivas de oferta de educação de qualidade e para implementar educação básica que respeite a diversidade;
- h) a estrutura e as características da instituição que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem – em especial quanto aos projetos desenvolvidos, o ambiente educativo e/ou o clima organizacional, o tipo e as condições de gestão, o projeto político-pedagógico, a participação e integração da comunidade escolar, a formação e condições de trabalho dos profissionais de educação, a dimensão do acesso, permanência e sucesso escolar;
- i) a livre organização sindical e estudantil garantida;
- j) a satisfação e o engajamento ativo dos diferentes segmentos e, sobretudo, do estudante e do professor, no processo ensino/aprendizagem como fator de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e para o sucesso na escola;

- k)** apoio técnico e financeiro, por parte da Prefeitura, destinado a melhorar as condições de trabalho e a erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais;
- l)** aplicação integral dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outros destinados por lei à educação;
- m)** garantir na organização da rede escolar adequada relação numérica professor/educando em todas etapas e modalidades de ensino da educação básica, a fim de elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores.

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O debate sobre a qualidade do ensino público não pode ficar reduzido ao desempenho dos alunos em avaliações externas. Sabemos que as novas gerações estão diariamente expostas ao excesso de informação e com acesso a diferentes mídias. A escola precisa se adequar e responder aos desafios que estão postos pelo mundo do conhecimento e das novas tecnologias.

Não há como discutir a qualidade da educação se não discutirmos as condições estruturais, como a redução do número de alunos por sala, a relação de adulto/criança, as condições físicas e os recursos materiais necessários para garantir uma educação, de fato, de qualidade.

Não pode, de forma alguma, se submeter aos argumentos superficiais daqueles que identificam a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada como responsáveis pelo fracasso escolar e baixa qualidade da educação.

A organização do ensino em ciclos está, necessariamente, ligada à concepção de escola democrática, que respeita as diferenças culturais, étnicas, sociais e econômicas. Portanto, defensável pelos profissionais de educação.

Consideramos que a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada e teórica são funcionalmente necessárias e podem ter excelentes resultados, desde que:

- a)** seja efetivado um trabalho político-pedagógico e administrativo sistemático que favoreça a real implantação do ciclo;
- b)** seja estabelecido como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanizadas, sustentáveis e solidárias;
- c)** seja realizada a reorganização curricular, tendo em vista a organização em ciclos e as diferentes etapas de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos;

- d) os laboratórios de informática sejam mantidos e equipados adequadamente com número de computadores e Poies em proporção ao número de alunos, salas e turnos das unidades escolares;
- e) sejam efetivadas ações planejadas de formação continuada, a ser realizada pela DOT/DRE para os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando à compreensão de como atuar nos ciclos;
- f) sejam realizadas reuniões/seminários, considerando-os como dia letivo, para realizar a avaliação do projeto pedagógico da unidade, os resultados alcançados e as alterações necessárias;
- g) sejam garantidos meios, espaço, material e profissionais de educação para o acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente daqueles com dificuldade de aprendizagem, e que as classes dos 1ºs e 2ºs anos do ciclo I sejam adaptadas, aparelhadas com mobília e material pedagógico especiais de alfabetização para esses alunos;
- h) seja determinado pela SME, ouvidos os profissionais de educação, os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;
- i) seja realizada a avaliação contínua e diagnóstica acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- j) na estruturação dos ciclos seja considerado como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;
- k) seja considerado o princípio de progressão do aluno em contraposição às ideias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- l) seja garantido o acesso ao conhecimento através da formação de equipes multidisciplinares que trabalhem aspectos que interferem no processo ensino/aprendizagem;
- m) seja assegurada a realização de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem, desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola;
- n) seja feito planejamento ajustado à organização do ensino por ciclos e não por série, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos;
- o) haja módulo de professores por unidade escolar redefinido para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;

- p) seja feito registro permanente do processo educativo e de ensino/aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
- q) seja feita avaliação coletiva que abranja todos os envolvidos no processo educacional e todos os aspectos que interferem no aproveitamento dos alunos e os resultados definam ações e graus de responsabilidades dos envolvidos, no processo de ensino/aprendizagem;
- r) sejam considerados na avaliação do aluno todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;
- s) a avaliação externa não seja considerada instrumento para identificar fracassos, mas usada para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem dos alunos;
- t) o ensino possibilite o conhecimento crítico de múltiplas abordagens teóricas;
- u) o ensino possibilite às crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolver e expandir o interesse pela cultura;
- v) o ensino respeite a individualidade do aluno, estimulando-o a colocá-la a serviço da sociedade e a desenvolver, conscientemente, a disciplina individual e a disciplina coletiva, no sentido da responsabilidade pessoal e social, visando ao exercício pleno da cidadania;
- w) garantir que haja um módulo diferenciado para as escolas especiais, não em detrimento do número de salas, mas em razão da diversidade do atendimento prestado nas unidades escolares: surdos-cegos, surdos deficientes múltiplos, surdos cadeirantes, entre outros, objetivando o atendimento às suas necessidades e melhor desenvolvimento do aluno.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) que o SINPEEM vincule a defesa dos ciclos à cobrança para que governo ofereça todas as condições materiais, formação e valorização dos profissionais de educação;
- b) que o SINPEEM realize lutas para que o governo adapte a estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- c) que o SINPEEM defenda e lute para que o governo ofereça cursos para todos os profissionais de educação, visando à superação de dificuldades existentes na organização escolar.

PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS INTEGRADOS E DEFINIDOS COLETIVAMENTE

Alguns programas que poderiam ter bons resultados fracassam por serem lançados casuisticamente ou por intenção de se tornarem marcas de governos e não como política de Estados. Padecem, ainda, de não serem construídos coletivamente e com base nas experiências dos profissionais de educação.

O SINPEEM defende que os programas devem ser integrados e considerem a realidade, os objetivos e as metas a serem alcançadas. Defende, também, que devem ser construídos, executados e avaliados coletivamente.

A Secretaria Municipal de Educação e os órgãos afins devem atuar integrando:

- a) os programas que compõem o projeto de organização e funcionamento das escolas;
- b) a escola e a comunidade;
- c) as modalidades e níveis de ensino, ciclos e séries;
- d) as disciplinas/atividades;
- e) a programação regular e os projetos específicos;
- f) as formações geral e profissional;
- g) os alunos com necessidades educativas especiais e demais alunos, nos diferentes graus, níveis, séries e modalidades de ensino;
- h) a relação entre os princípios e diretrizes comuns e as especificidades de cada serviço, escola, localidade, contexto e situação;
- i) o ordenamento graduado e interrelacionado do ensino, em ciclos, articulado horizontal e verticalmente, prevendo-se mecanismos democráticos de passagem de um ao outro;
- j) a superação da fragmentação entre atividades e componentes curriculares, atendendo às características e métodos próprios de cada área do conhecimento.

AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS PARA A ESCOLA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Para que o sistema municipal de ensino e a escola cumpram integralmente seu papel na oferta de educação de qualidade social, o SINPEEM defende a necessidade de algumas condições. Entre elas:

- a)** realização da reforma administrativa na SME que lhe garanta autonomia na execução do orçamento da educação;
- b)** orçamento participativo: a gestão da receita vinculada à educação deve ser de responsabilidade dos órgãos centrais, com transparência e participação dos demais órgãos do sistema de ensino e da comunidade na definição de prioridades;
- c)** que seja de sua competência, com a participação da sociedade, através de suas organizações representativas, a definição de programas, investimentos, planos de expansão da rede física, concursos e contratações de pessoal e de serviços;
- d)** criação e funcionamento do Conselho de Estudo da Demanda, com membros dos Conselhos de Escola e Regionais de Gestão Participativa;
- e)** criação de departamentos regionais de planejamento, programas e projetos e execução de políticas educacionais para as áreas correspondentes às subprefeituras;
- f)** transformação das Diretorias Regionais de Educação em órgãos de coordenação e apoio ao processo pedagógico nas unidades educacionais e apoio funcional aos profissionais da educação;
- g)** criação da carreira de pessoal técnico-administrativo para ocupação de cargos e funções nos órgãos de SME;
- h)** autonomia para as escolas construírem o projeto pedagógico com garantia de formação profissional continuada e recursos financeiros necessários;
- i)** fixação, nos âmbitos municipal, estadual e federal, do número máximo de alunos por sala de aula, conforme aprovado em nossos congressos, de acordo com a seguinte tabela:

Criança/idade	nº de educadores	alunos por sala
0 a 11 meses	1	4*
1 ano a 1 ano e 11 meses	1	6*
2 anos a 2 anos 11 meses	1	9*
3 anos a 3 anos 11 meses	1	10*
4 anos a 4 anos 11 meses	1	15*
5 anos a 5 anos 11 meses	1	15*
ensino fundamental	1	20
ensino médio	1	25
Educação de Jovens e Adultos	1	25
Emebs - educação infantil	1	4
Emebs – 1º ao 4º ano	1	5
Emebs – 5º ao 8º ano	1	8

* impedir o agrupamento de crianças, mesmo que haja mais de um educador presente;

- j) repensar a relação adequada nas salas onde houver alunos com necessidades especiais e obrigar que o governo cumpra a legislação específica, organizando as turmas para atender à real inclusão das crianças e jovens com necessidades especiais;

PAPEL DOS ÓRGÃOS INTERMEDIÁRIOS DE SME:

- a) redefinir as atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares em relação aos recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino;
- b) viabilizar a realização do levantamento anual de demanda escolar e o atendimento;
- c) direcionar as atribuições dos supervisores à integração pedagógica entre unidades educacionais e de fiscalização em instituições educacionais particulares;

- d) estimular o debate do orçamento participativo; garantir uma avaliação sobre as disputas entre demandas legítimas da saúde e educação para se enquadrarem ao orçamento definido de antemão pelo governo;
- e) explicitar o papel dos Conselhos Regionais de Gestão da Educação, composto por profissionais de educação, representação da DRE e da população local.
- f) desburocratização do DRH, agilizando a situação dos profissionais da educação no recebimento dos benefícios, averbações, quinquênios, evoluções e outras situações que envolvam documentação.

AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

A educação infantil tem sido negligenciada em sua oferta. Faltam vagas, tanto nas Emeis como nos CEIs, contrariando o que é veiculado em propagandas dos governos sobre a ampliação de vagas.

De fato, houve aumento de unidades mantidas diretamente pela Prefeitura. Mas, em percentual muito maior e desproporcional à quantidade de vagas criadas através de contratos de convênios.

A política do governo Kassab para a educação infantil é a ampliação dos convênios privados e parcerias público-privados (PPPs).

O aumento das vagas na rede direta ainda é mínimo, considerando o número de crianças sem vagas.

Os profissionais da educação infantil continuam amargando incertezas. Embora os CEIs tenham sido incorporados à SME, os direitos funcionais dos professores não são os mesmos da rede, uma vez que não têm direito ao recesso de julho, aos 15 minutos de intervalo e à migração para Emeis e Emefis, mesmo que para ocupação e/ou substituição de cargos de gestor (diretor e coordenador pedagógico) ou nomeação de assistente, assim como designação para os demais cargos da rede (Poies, POSL e Saai).

A expansão da rede direta não acontece e os convênios aumentam significativamente, drenando recursos públicos para “entidades filantrópicas” que, na verdade, atuam como empresas. Das 1.625 unidades que atendem crianças de zero a três anos de idade, 909 (55,94%) são creches particulares conveniadas, 354 (21,79%) são CEIs indiretos e apenas 362 (22,27%) são CEIs diretos. Enquanto isso, 4.303 professores de educação infantil, aprovados no último concurso, aguardam convocação para escolha de vagas.

Passou da hora de radicalizarmos para exigir do governo o retorno imediato dos CEIs indiretos para a administração pública.

O governo municipal gasta milhões com as terceirizações e os convênios. Isto é um absurdo. É necessária a imediata construção de escolas, acabar com as terceirizações e com os convênios; que todas as escolas de educação infantil sejam da rede pública.

Insuficiência de vagas, superlotação das salas, número excessivo de crianças por professor e a permanência e ampliação dos contratos de convênios são problemas que devem ser revertidos urgentemente.

Também é urgente a aplicação de direitos iguais para todos os profissionais de edu-

cação infantil, quer atuem em Emeis ou CEIs. Calendário escolar, recesso, férias, reuniões pedagógicas, cumprimento de hora/atividade, formação e jornadas de trabalho não podem ter qualquer distinção.

REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL:

- a) reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família;
- b) a educação infantil deve ter como objetivo o desenvolvimento integral da criança e ser adequada às características das diferentes idades;
- c) a avaliação na educação infantil não deve ser limitada a um registro do desenvolvimento da criança, mas tem de servir como diagnóstico para a adoção de medidas que visem superar suas dificuldades e avançar o seu desenvolvimento;
- d) programa de formação permanente para os docentes, gestores e quadro de apoio que atuam na educação infantil e para professores orientadores de salas lúdicas (brinquedotecas) nos CEIs e nas Emeis, bem como nos anos iniciais do ensino fundamental;
- e) todas as unidades devem ter condições materiais, logística e de trabalho para os profissionais de educação;
- f) denominar Escola de Educação Infantil todas as unidades que atendem a crianças de até seis anos ou a completar até o início do ano letivo (mês de fevereiro);
- g) fim do rodízio de classes;
- h) realização, pela SME, de convênios com as universidades públicas, para garantir a formação em nível superior a todos os profissionais de educação infantil;
- i) aplicação de todos os direitos funcionais previstos para os profissionais de CEIs;
- j) viabilização de condições adequadas de trabalho e de atendimento às crianças, melhorando a infraestrutura física, o envio de materiais e verbas para os CEIs e Emeis;
- k) atendimento em período integral, com propostas de trabalho e estrutura adequada nos equipamentos, para as crianças de zero a seis anos e às famílias que precisarem;

- l)** universalização do atendimento, com percentuais definidos anualmente, para atender ao déficit, visando à expansão e garantia da oferta de educação infantil, inclusive para o atendimento às crianças com necessidades especiais;
- m)** inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
- n)** construção de unidade de educação infantil, com infraestrutura abrangendo os espaços pedagógicos, de recreação e ludismo;
- o)** projeto pedagógico nas unidades educacionais, considerando as diretrizes curriculares e as experiências acumuladas na rede, expressando a organização educativa da escola, baseado no princípio da gestão democrática;
- p)** assistentes de diretores nos CEIs;
- q)** horário de intervalo nos CEIs;
- r)** professores orientadores de sala de leitura (POSs) e de informática (Poies) nas Emeis;
- s)** professores de Educação Física e Arte nas unidades de educação infantil;
- t)** inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais de educação infantil;
- u)** professores volantes com direito a participar do PEA e pontuar;
- v)** manutenção nos CEIs do módulo de saúde (auxiliares de enfermagem), também extensivo às Emeis, em respeito à concepção de que as instituições de educação infantil devem cuidar e educar;
- w)** exigir o cumprimento da proporção criança/espço físico para garantir o atendimento à criança pequena, considerando que o espaço físico necessário, com a existência de materiais pedagógicos e mobiliários projetados para um projeto pedagógico pensado para cada faixa etária;
- x)** qualificação arquitetônica que atenda à finalidade de cada equipamento de educação infantil e cumprimento de todas as normas de acessibilidade.

O SINPEEM E AS AÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: EDUCAÇÃO COMPARTILHADA

Os governos do Estado e do Município compartilham a responsabilidade quanto ao oferecimento obrigatório do ensino fundamental. No entanto, nos últimos anos, inclusive como resultado da mudança do financiamento da educação, através da criação do Fundeb, os Estados vêm transferindo a manutenção e custeio desta etapa do ensino básico para os municípios.

O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo sobre essa transferência e suas consequências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade.

Entendemos que é necessário o entendimento de ações planejadas e responsabilidades compartilhadas entre os governos municipal e estadual, para que seja assegurada a universalização do atendimento e da permanência no ensino fundamental com a oferta de educação de qualidade. Objetivos que não podem deixar de ser considerados no Plano Municipal de Educação.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NÃO É A SOLUÇÃO PARA TUDO

A panacéia do momento para os males da educação é a escola de tempo integral, ou seja, permanência do aluno de ensino fundamental em dois turnos. A proposta, de forte apelo popular, inclusive junto aos educadores, transfere para a escola excesso de tarefas e confunde educação com escolarização.

Somos contrários à proposta. Por outro lado, defendemos a ampliação de oportunidades educacionais de caráter esportivo, cultural e profissionalizante, respeitadas as características e opções das crianças, adolescentes e da família.

As matrículas centralizadas impedem que as escolas matriculem os alunos, tanto no regular como na EJA. Essa medida mascara a demanda, visto que a DRE matricula os alunos onde considera mais conveniente, desconsiderando a opção de pais e alunos, superlotando salas e deixando alunos sem matrícula por longo tempo. Além disso, essa medida desrespeita a autonomia das escolas e favorece a política de escola polo.

REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL:

- a) universalização do atendimento à demanda no ensino fundamental gratuito, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar;
- b) acesso a toda a população, respeitadas a faixa etária e as necessidades especiais dos educandos;

- c) autonomia para as escolas efetuarem as matrículas do ensino regular e da EJA;
- d) adequação do ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas, metodológicas diferenciadas e acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;
- e) organização do ensino fundamental com duração de nove anos e sua iniciação nunca com idade inferior aos sete anos completos;
- f) atendimento ao ensino fundamental também pelo poder público estadual, através de ações planejadas entre os dois entes, visando à redução do número de alunos por classe/turma, evitando perdas de jornadas, emprego e remuneração para os profissionais de educação;
- g) manutenção de Salas de Apoio Pedagógico e Salas de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais, com número de professores de acordo com a demanda para superação dos problemas e dificuldades de aprendizagem e fim dos entraves burocráticos para sua implantação e funcionamento;
- h) garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;
- i) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos de necessidades;
- j) contra o fechamento das escolas especiais e que haja atendimento parcial dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Entendemos que a educação de jovens e adultos deve atender ao princípio constitucional da educação como direito e dever do Estado. Deve visar não só à eliminação do analfabetismo, mas ao oferecimento de educação de qualidade para todos. Esta modalidade de ensino deve respeitar as particularidades, necessidades e características dos indivíduos sem, no entanto, ser tratada com preconceitos ou de forma rebaixada em sua importância.

A EJA é direito de todos e dever do Estado. Entendemos que a reorganização das turmas em polos dificulta o acesso dos alunos, pois seu perfil é diferenciado, já que trabalha e tem responsabilidades sociais e culturais em sua comunidade.

A consolidação de uma política de EJA, concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade, deve ser pautada pela inclusão e

qualidade social, gestão e financiamento que assegure isonomia da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica.

REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EJA:

- a) realização de campanha pública de massa em jornais, rádios e televisão;
- b) estabelecer o número máximo de 25 alunos por turma e não estabelecer um mínimo para abertura de classe;
- c) contra as escolas polos, pelo direito de os estudantes estudarem próximo à sua residência;
- d) atendimento ao público também no período noturno, para garantir a matrícula dos alunos trabalhadores;
- e) prioridade ao ensino presencial regular e supletivo de EJA e fim do ensino a distância;
- f) ampliação do número de cursos de educação de jovens e adultos nas unidades escolares de ensino fundamental e médio, com currículos e modos de funcionamento adequados às necessidades da população a qual se destinam, garantindo os recursos pedagógicos, materiais e financeiros, com professores da própria unidade escolar;
- g) que o Município e o Estado realizem um censo educacional visando à localização da demanda de jovens e adultos “analfabetos” e ofereçam educação para todos;
- h) que a SME, em parceria com as Secretarias Municipais de Emprego, Trabalho e Renda, vincule as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego, geração de empregos e renda;
- i) nenhum jovem fora da escola e do trabalho: quatro horas no trabalho e o restante para estudos e lazer;
- j) que a SME ofereça formação permanente específica aos profissionais que trabalham com essa modalidade de ensino, com o objetivo de criar um currículo próprio;
- k) inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;

- l) exigir que a SME realize, anualmente, a chamada pública da EJA, utilizando todos os recursos e mídias;
- m) exigir que os governos realizem campanhas sobre a EJA;
- n) fim do Mova.

O SINPEEM E AS AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O debate sobre a continuidade e expansão da quantidade de Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (Emebs) que funcionam na rede municipal de ensino é antigo. Temos a convicção de que a existência destas unidades atende às necessidades que não podem ser ignoradas pelos educadores nem pelo poder público, tampouco podem ser entendidas como uma recusa à educação inclusiva.

O SINPEEM defende a manutenção e ampliação do número de Emebs existentes. Ao mesmo tempo, luta para que todas as unidades da rede tenham política educacional, estrutura, logística, recursos humanos com formação adequada e necessária para o atendimento pleno aos alunos com necessidades especiais.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) ampliação da rede, considerando a infraestrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar, contemplando desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivos, recreativos e a adequação de equipamentos e espaços específicos para o trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- b) ampliação dos projetos de atendimento às crianças com necessidades especiais, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados para a prestação desse serviço e garantir na unidade educacional a permanência do profissional de educação que se dispuser a atender a esses projetos e a esses alunos;
- c) criação de um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldade de aprendizagem;
- d) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;

- e) intercâmbios com outras secretarias visando ao atendimento urgente aos alunos portadores de necessidades especiais;
- f) criação de centros públicos estatais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com necessidades educacionais especiais, bem como às suas famílias e às escolas para os casos não compatíveis com a inclusão;
- g) tornar disponíveis livros didáticos ou não escritos em braile, em caracteres ampliados para alunos deficientes visuais e para os de visão subnormal no ensino fundamental;
- h) garantir transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção;
- i) que as escolas considerem em seus projetos pedagógicos as necessidades educacionais especiais dos alunos, definindo os recursos necessários e oferecendo formação em serviço aos profissionais em exercício;
- j) inclusão nos currículos de formação de professores disciplinas específicas para capacitação ao atendimento dos alunos especiais;
- k) realização de encontros em troca de experiências entre os profissionais habilitados em necessidades especiais e os profissionais da rede regular;
- l) exigir da SME todas as condições para que as escolas de educação especial e as demais unidades da rede possam atender aos alunos com necessidades especiais;
- m) a inclusão de alunos com necessidades especiais ocorre sem que as escolas sejam minimamente preparadas para isso. Não há nas escolas especialistas para auxiliar no trabalho pedagógico nem mesmo condições físicas adequadas, como, por exemplo, banheiros adaptados, corrimão, rampa, elevadores, nem mesmo a adequação do número de alunos por sala, que está prevista em legislação, é respeitada. O SINPEEM deve fazer um levantamento rigoroso sobre a situação nas escolas no que se refere à inclusão, desde a educação infantil até o ensino fundamental e médio, para termos um quadro geral. O objetivo desse levantamento é pressionar a SME para que tome providências urgentes, no sentido de adequar as escolas com recursos materiais, espaço físico, profissionais especializados e redução do número de alunos por sala, para o atendimento aos alunos com necessidades especiais;
- n) exigir que seja revisto o módulo do quadro de apoio e que não sejam contados os profissionais em licença ou readaptados;

- o)** reivindicar que os diretores e coordenadores que estão escolhendo nas Emebs conheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que também deve ser do domínio de todos os funcionários das Emebs;
- p)** reivindicar que os gestores que estão escolhendo nas Emebs atendam ao Decreto Federal nº 5.626/2009, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- q)** que os funcionários, para atuarem nessas unidades educacionais, tenham cursos de Libras oferecidos pela SME, com carga horária mínima de 120 horas.

O SINPEEM E AS AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O SINPEEM deve apoiar todas as iniciativas que visem à disseminação de política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade.

Para isso, são necessários estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores, professores e demais profissionais de educação nas escolas públicas, tendo como princípio a igualdade de direitos e a diversidade étnico-racial, de idade, de orientação sexual e religiosa, bem como a garantia dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e elevadas habilidades/superdotação.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a)** realização de processos de formação inicial e continuada dos docentes em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais para um ambiente educacional inclusivo;
- b)** garantia de que na formação inicial e continuada a concepção de educação inclusiva esteja sempre presente, o que pressupõe a reestruturação dos aspectos constitutivos da formação dos professores, com vistas ao exercício da docência no respeito às diferenças e no reconhecimento da valorização da diversidade, tendo como compromisso o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, por meio de um currículo que favoreça a escolarização e estimule as transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas, como meio de atender às necessidades dos estudantes durante o percurso;
- c)** participação das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e aos adolescentes com necessidades especiais;

- d) formação de equipes multidisciplinares que atendam poucas unidades escolares em cada região, prestando o atendimento necessário às crianças e aos adolescentes em com necessidades especiais e/ou em condições de risco e de suas famílias;
- e) programas paradidáticos e profissionalizantes que ocupem maior parcela de tempo, oferecidos na rede pública de ensino;
- f) a ampliação do número de aparelhos de cultura e lazer nos bairros periféricos, com bibliotecas, teatros, música, Centro Desportivo Comunitário (CDC), casas de cultura etc.;
- g) ao divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas municipais, garantir a construção da cidadania das crianças, dos jovens e dos adolescentes através da vivência de seus direitos e da conscientização coletiva da importância da prática dos deveres, contidos nas normas disciplinares, construídas nas escolas municipais;
- h) programas e projetos de segurança para as escolas e implementação de políticas de inclusão social (esportes, cultura, lazer etc.) que visem ao combate à violência, prioritariamente, nos bairros com maior índice de violência e tráfico de drogas;
- i) aulas públicas e no espaço escolar com pais e familiares dos alunos sobre a proteção à criança e ao adolescente e a inclusão destes, quando em conflito com a lei;
- j) aulas opcionais de Libras no currículo, inclusive para pais e familiares;
- k) garantia progressiva da qualificação de todos os educadores em Libras;
- l) garantia de cursos de especialização em educação especial/inclusiva – áreas diversas: surdez, deficiência intelectual, visual e física para os docentes que atuam na rede pública;
- m) implantação de pelo menos uma Saai de cada deficiência em cada microrregião, com a finalidade de criar uma rede de apoio a todas as unidades educacionais da rede;
- n) garantia de todos os recursos necessários para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, eliminando a burocratização em suas aquisições.

- o) ampliar o módulo de professores de educação infantil e ensino fundamental de modo a apoiar o trabalho docente, principalmente em relação aos surdos com necessidades múltiplas;
- p) escolas especiais e escolas bilíngues para surdos.

SINPEEM DEFENDE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

A vinculação de receitas orçamentárias para a manutenção e desenvolvimento do ensino é bandeira histórica do SINPEEM.

Em 2001, lutamos contra a mudança da Lei Orgânica do Município, que teve como consequência a redução do percentual de 30% para 25% e a apropriação de 5% anteriormente vinculados ao cumprimento dos gastos com educação, conforme determina a LDB, destinados a partir de então para programas de assistência.

Os discursos neoliberais afirmam que o problema não é falta de investimento e sim má gestão dos recursos existentes para este setor. Afirmam, também, que a baixa qualidade do ensino é responsabilidade dos professores.

Na Conferência Municipal de Educação de São Paulo foi aprovada a reivindicação para que sejam aplicados 10% do PIB em educação até 2014. Temos a certeza de que esta medida só será efetivada se houver pressão de toda a sociedade para que a educação seja, de fato, considerada como investimento e não como gasto sem retorno.

No âmbito do município de São Paulo, lutamos pela volta da aplicação de 30% das receitas e transferências correntes em manutenção e desenvolvimento do ensino, reconhecendo que se faz necessário também a elaboração e aprovação de uma Reforma Tributária pautada pela justiça social e o equilíbrio regional, que garanta recursos financeiros para a efetivação dos direitos sociais e distribuição de renda.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) verba pública exclusivamente para a escola pública estatal;
- b) mais verbas para a educação, com o comprometimento de pelo menos 10% do PIB;
- c) financiamento integral da educação pública pelo Estado;
- d) desvinculação dos recursos destinados à educação de qualquer nível de contingenciamento de recursos provenientes das receitas da união;
- e) efetivação da responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda de mandato nos termos da legislação em vigor;

- f) cumprimento dos artigos 70 (com exclusão do inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não como despesas com educação;
- g) realização de estudos anuais sobre custo/aluno/qualidade na cidade de São Paulo;
- h) descentralização e democratização com controle social dos recursos vinculados à educação;
- i) lutar contra todo tipo de privatização na educação (terceirizações, convênios, administrações indiretas, ONGs e organizações sociais).

COMBATE À VIOLÊNCIA É POLÍTICA PERMANENTE DO SINPEEM

Dentre os brasileiros com 15 anos de idade ou mais, 14,4% são analfabetos. Destes, cerca de 10 milhões são negros ou pardos e apenas 9,9% das crianças das famílias de baixa renda têm acesso à creche. Da população de zero a três anos de idade, apenas 15,5% estão na educação infantil e 47,1% dos jovens em idade adequada frequentam o ensino médio.

A média de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, sendo 3,9 anos entre os 20% mais pobres e 10,2 anos entre os 20% mais ricos. Somente 8,6% das pessoas com mais de 25 anos de idade possuem 15 anos ou mais de estudos. Destes, 78% são brancos, 16,5% são pardos e 3,3% são negros. Apenas 23,6% dos estudantes universitários estudam em estabelecimentos públicos, sendo que 54,3% pertencem ao grupo dos 20% mais ricos. Além da população indígena, aldeada ou não, que concorre às vagas nas escolas públicas, com dificuldades de acesso e, não raro, de permanência, mediante problemas de discriminação e violência.

Estes números, extraídos da última Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio, revelam que o problema da educação, nos aspectos violência e indisciplina, podem estar associados à imensa desigualdade regional, de renda e de oportunidades, fruto do injusto sistema de desenvolvimento econômico e de concentração de renda, vigentes historicamente no país. Devemos lutar contra este modelo e adotar medidas imediatas que mitiguem sua repercussão no ambiente escolar, na forma de violência e indisciplina, até que se conquiste uma sociedade baseada na igualdade de condições e oportunidades. Uma sociedade socialmente justa e igualitária!

REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a)** articulação entre justiça social, educação e trabalho no combate à violência na escola e na sociedade, tendo como eixo a diversidade na implantação de políticas públicas;
- b)** garantia, pelo poder público, à universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais;
- c)** igualdade de gênero;
- d)** combate ao racismo e a toda forma de discriminação. O racismo, a discriminação e a xenofobia agravam as condições da pobreza e violência, pois marginalizam, tanto na escola como na sociedade, indivíduos, grupos e comunidades, se constituindo em poderoso mecanismo de segregação que fortalece outras formas de discriminação, como de classe, de gênero, de opção sexual, de origem étnica e de religião;
- e)** promoção e participação em campanhas pela paz, pelo respeito ao ambiente e à dignidade humana e pela erradicação da pobreza;
- f)** afastamento e proteção imediata aos profissionais de educação sob risco de vida ou agressão nas escolas, sem perda de direitos;
- g)** criação de um núcleo, pela SME, para discutir a violência e ações para enfrentá-la no ambiente escolar;
- h)** pelo direito de os professores de Arte e de Educação Física comporem um terço da jornada dirigida aos educandos com projetos, oficinas e participação em campeonatos e atividades afins;
- i)** realização de campanha em defesa da vida e combate à violência na escola e na sociedade, em conjunto com outras entidades;
- j)** organização de atos e passeatas, em conjunto com outras entidades, contra a violência e pela paz;
- k)** valorização da criação de cargos aos trabalhadores indígenas dos Centros de Educação e Cultura Indígena (Cecis) da cidade de São Paulo;
- l)** exigir o oferecimento de curso de formação inicial aos educadores indígenas que atuam nos três Cecis da cidade de São Paulo.

POLÍTICAS PERMANENTES DO SINPEEM

1 - QUESTÃO RACIAL

No Brasil, a ideia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum dos brasileiros e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos, principalmente a partir da década de 40.

Incorporado por parte da maioria da população, o mito da “democracia racial” se tornou um enorme obstáculo para o embate das demandas e de questões étnico-raciais e sociais e para o movimento negro e outros segmentos, como os movimentos indígenas, femininos e homossexuais, que têm, por particularidade, a luta por uma identidade diferenciada e reivindicações específicas.

Hoje, as evidências do cotidiano são comprovadas pelas estatísticas e pesquisas conglomeradas de várias ordens, capazes de averiguar o fenômeno do racismo e da discriminação racial, em toda a sua complexidade, e do perfil dos discriminados.

Em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceitos, mas 98% disseram conhecer algumas pessoas que manifestaram algum tipo de discriminação racial.

A questão é muito difícil para o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, assim como o nacionalismo é um limite, uma invenção, é preciso deixar claro que o racismo não se trata de um discurso ocasional.

O fato é que não se manipula no vazio e que, apesar de muitas vezes pragmáticos, rituais, ícones e representações nacionais dificilmente se impõem de forma apenas exterior.

Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir a intencionalidade da cultura política, além de atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional, que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

Estamos diante, portanto, de representações que, além de estarem ancoradas nas estruturas socioeconômicas mais imediatas, são partilhadas coletivamente, mesmo que reapropriadas segundo padrões nem sempre idênticos. E mais: neste processo a composição da população miscigenada sempre pareceu chamar a atenção.

No contexto atual, a respeito das características do racismo nacional e da extensão que o separa de uma igualdade racial, vale a pena ressaltar o grande êxito dos movimentos negro e sindical pelas vitórias acumuladas ao longo das últimas décadas.

Há diversas conquistas, principalmente nas décadas de 80 e 90, no século XX, especialmente no que concerne as propostas educacionais, decisórias na transformação do agir da sociedade brasileira, que resultaram num movimento mais consistente e aguerrido. Por meio desta sua união foi derrotado, ao longo dos anos, o “mito da democracia racial”, por exemplo.

Ocorreram debates e mobilizações na mídia, produções intelectuais e foram instituídas leis como a nº 10.639/2001.

Posteriormente à reformulação na Lei nº 11.645/2007, universidades, escolas e movimentos sociais passaram a buscar alternativas e novas propostas pedagógicas. Também impulsionaram o debate no âmbito nacional e esclareceram dúvidas para melhor obter sucesso na elaboração de material didático que contemple os diversos grupos étnicos brasileiros.

No entanto, não se deve omitir que a história da Pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os afrodescendentes no Brasil, na elaboração dos diversos materiais com conteúdos que não apreciam as contribuições e propostas, a formação de uma educação crítica realizada por educadores discordantes da educação privilegiada aos valores eurocêntricos. Mentes infectadas por mentiras eurocêntricas, embasadas nos racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade dos não europeus e ensinam a desenvoltura do saber surgido na Grécia e desenvolvido no mundo ocidental.

A pedagogia eurocêntrica é inserida a todo o momento através da comunicação, especialmente do poder televisivo. A mídia se tornou o grande caminho da desconstrução das diversas tradições da oralidade ainda existentes e paradoxalmente de formação que invade os neurônios e afirma o projeto mistificador de uma pedagogia inclusiva de direito a todos, através de programas beneficentes de leis como cotas, retirando a palavra reparações da escravidão.

A ideia de diversidade cultural, pluriétnica e multifacetada demonstra etimologicamente que a maioria da população afrodescendente está fora do poder real. No entanto, apostamos na educação como o melhor caminho para a inserção de transformações imediatas que ampliem os horizontes na construção de um projeto político-libertador dos descendentes de africanos no Brasil.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) implantação de modelo de gestão pública de promoção da igualdade racial;
- b) qualificações de servidores e gestores públicos representantes de órgãos municipais;
- c) construção do mapa da cidadania da população negra;
- d) identificação do IDH da população negra;
- e) realização de censo dos servidores públicos negros;
- f) projetos de saúde para a população negra;
- g) projetos de apoio à juventude;
- h) implementação da política de transversalidade nos programas do governo municipal;

- i) implementação da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a capacitação dos professores e aprimoramento dos currículos;
- j) adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento;
- k) divulgação dos direitos humanos aos servidores públicos e aos alunos da rede municipal de ensino;
- l) incentivo à adoção de programas de diversidade racial;
- m) assegurar espaços culturais, como o Museu de História da África, no município de São Paulo.

2 - QUESTÃO DE GÊNERO

A LUTA DA MULHER PELO ESPAÇO A QUE TEM DIREITO

As relações entre homens e mulheres ao longo do desenvolvimento da presença humana na Terra foram marcadas por desigualdade e opressão das mulheres.

De uma perspectiva histórica, os últimos cem anos têm configurado uma verdadeira revolução no tocante à crescente presença das mulheres em todas as instâncias da vida pública. No processo de ampliação da experiência democrática, o importante é articular as demandas e lutas por temas que unam mulheres e homens na continuidade histórica de responsabilidades humanas e sociais.

O tratamento que se dá à questão de gênero é uma forma de enfatizar a dimensão social e, portanto, histórica e cultural, das concepções cristalizadas relativas às desigualdades entre os gêneros feminino e masculino.

No Brasil, nossa formação sociocultural presidiu a integração de nosso território. A população brasileira, com base nos dados do último censo demográfico e nas estatísticas intercensitárias, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), é majoritariamente formada por mulheres, distribuídas igualmente em todos os níveis socioeconômicos presentes e, também igualmente, por todo o território nacional. Ou seja, não existem regiões com predomínio numérico populacional do sexo masculino.

Ainda que a população do Brasil se localize majoritariamente nas áreas urbanas, a distribuição espacial das mulheres também não ocorre de maneira igual. O que se destaca é a concentração de populações de baixa renda nas áreas mais afastadas do centro, ocorrendo, especialmente, em ambientes não adequados ao assentamento humano. As questões relativas à organização familiar e mesmo à fertilidade têm profunda conotação socioeconômica e, como consequência, possuem localização físico-territorial precisa.

Pode-se, assim, visualizar duas situações no âmbito das questões relativas à vulnerabilidade da mulher. Uma, ligada ao gênero feminino, focaliza a violência doméstica e a violência urbana. A outra, sobre a vulnerabilidade socioeconômica, diz respeito à mulher no sentido da organização da família. As mulheres são responsáveis por 58% delas. Daí a

importância de sua condição educacional, sua habilidade no trabalho e seus resultados materiais, a habitação e os equipamentos urbanos necessários à sua sobrevivência, como elemento estratégico de justiça social e de uma sociedade mais igualitária.

Por isso, uma das prioridades na promoção da cidadania precisa ser a igualdade de gênero, a ser defendida por meio de uma lei da paridade, em que a mulher tenha efetivamente os mesmos direitos. É necessário, ainda, reformar o Código do Trabalho para dar condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

Enfrentar estas assimetrias de gênero não constitui apenas um valor em si mesmo, mas igualmente um forte papel na redução de nossas históricas desigualdades.

As diferenças de gênero são transformadas em desigualdades sociais. Através da violência social, o assédio moral, sexual, no trabalho, nos ambientes escolares e fundamentalmente nas próprias residências, onde se encontram os maiores índices de violência. A cultura do machismo tem permeado todas as classes sociais, sem distinção.

As mulheres, como principais vítimas da pobreza e dos mais baixos salários, asseguram os maiores índices de violência, gerada por esta resistência do mundo competitivo de forma arbitrária. Sem dúvida, essa realidade arremessa as mulheres a um cotidiano enraizado em distorções socioeconômicas, que compatibilizam com as esferas da humilhação e da indignação.

CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) adotar políticas públicas específicas em favor das mulheres;
- b) garantir no ensino público a valorização da educação, com ênfase em gênero;
- c) promover a construção de um currículo com diretrizes que contemplem a questão de gênero;
- d) promover políticas de combate à discriminação de gênero, à lesbofobia e à homofobia;
- e) combater a exploração sexual infantojuvenil;
- f) combater o tráfico de mulheres.

3 - QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Nas décadas recentes, a relação entre a sociedade e o meio ambiente vem despertando preocupação e crescente interesse com a questão socioambiental.

A questão ambiental do planeta define, justamente, o conjunto das contradições resultantes das interações internas dos sistemas socioeconômicos e políticos, pautados pelo modelo de produção.

São circunstâncias marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se

expressam: nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial, na expansão urbana e demográfica; na disposição ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas nacionais e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social, no avanço do desemprego estrutural, na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São fatos que afetam a qualidade e continuidade da vida humana no planeta.

No entanto, a questão ambiental desvenda o retrato de uma crise pluridimensional, que aponta para a exaustão de um determinado modelo econômico na sociedade. Ao longo sistema capitalista, desajustado e desproporcional, tem criado mais problemas do que soluções, num contexto agravado por práticas de interesses pautados no caráter individual, na má-fé e na cobiça.

Além disso, numa sociedade industrial podemos potencializar a destruição e o término dos recursos naturais que trazem à tona a fragilidade e a prosperidade do complexo vital civilizatório, despertando novos sentidos e oportunidades de vida e mudança.

Os problemas significativos expressam um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Estas contradições, geradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se desvendam na degradação do ecossistema, levando, inclusive, ameaças à continuidade da vida.

Os atributos deste processo podem ser observados nas várias faces das crises social e ambiental e têm gerado relações sociais em escala mundial, despertando a formação de uma consciência em torno das questões ambientais.

Embora de formas diferenciadas, a consciência ecológica cresceu e, gradualmente, foi se materializando no seio da opinião pública, nos movimentos sociais, nos meios científicos, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não governamentais, entre outros.

Deste modo, há uma preocupação temática com a ecologia política. A questão demográfica, a relação entre a desigualdade social e a degradação ambiental, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo econômico não fazem parte da agenda das grandes potências.

As recomendações, como da Conferência de Estocolmo e o Protocolo de Kyoto, que constituem tratados internacionais, com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, são atitudes e comportamentos políticos que devem ser adotados para buscar mudanças e soluções ambientais.

Contudo, emergem critérios orientadores para o desenvolvimento da educação ambiental, que comportam uma ação libertadora da opressão atual. Neste sentido, enfatizados os aspectos técnicos e biológicos, se propõe o debate sobre a relação entre a educação e a questão ambiental, por meio de concepções políticas e éticas, subjacentes na formação e na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com a realidade socioambiental.

Com a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam e promovam a qualidade de vida e combatam as ameaças que agredem o meio ambiente, o SINPEEM defende a estrutura e o conteúdo dos 40 capítulos da “Agenda 21” e o conjunto de princípios da “Carta Terra”, de valores fundamentais.

CONSULTE NO SITE DO SINPEEM:

legislação, manuais, informativos, convênios, Jornal do SINPEEM, programação do SINPEEM Park Hotel e SINPEEM Peruíbe Hotel, relação de todas as escolas, excursões, boletins de representantes sindicais e sites úteis.

APROVEITE E MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO.

Entre em contato com a Secretaria do sindicato.
Você também pode fazer a atualização preenchendo a ficha disponível no nosso site.

Acesse o site www.sinpeem.com.br
cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências

